Ata transcrita

CBA - Audiência Pública - Projeto de Produção Sustentável de Bauxita da Zona da Mata – Processo LAC2 (LP) COPAM Nº 3184/2019/001/2019 - De 00:00:00 até 04:45:19

[00:00:00 até 00:33:27] – Música

[00:33:27 até 00:33:53]
Muito Boa noite a todos, senhora e senhores, nós estamos aqui juntos essa noite para dar andamento a audiência pública do empreendimento da CBA Companhia brasileira de alumínio, processo nº 3184/2019/001/2019, é, eu gostaria de convidar a todos agora para iniciar com abertura. com Hino Nacional, por favor.

[00:33:53 Até 00:37:25] – Hino Nacional

Rodrigo Ribas (Superintendente de projetos prioritários da sexretaria de estado de meio ambiente) - Muito obrigado a todos. Gostaria de me apresentar meu nome é Rodrigo Ribas, eu sou superintendente de projetos prioritários da Secretaria de Estado de meio ambiente, que é, a Superintendência é a unidade responsável por levar adiante, o licenciamento desse projeto né ? Junto ao estado de Minas, projeto foi considerado prioritário para o estado de Minas de acordo com uma série de critérios estabelecidos pelo grupo de desenvolvimento econômico do estado, e por isso ele foi para nossa análise. A audiência pública, ela é um início que ela que poderia ser o início, né de um processo de validação da sociedade em relação ao projeto de licenciamento né? Projeto de licenciamento, ele é feito com base em estudos e informações que são transmitidas ao estado, pelo próprio empreendedor e para o seu consultor um consultor idôneo isento, né? Tem que ser é o que diz a lei, é o que diz a norma. Mas ele é baseado em critérios técnicos objetivos, e existem critérios de ordem subjetiva de ordem da percepção na sociedade que só são trazidas para dentro do projeto quando a gente consegue realizar uma audiência pública que é o que a gente faz hoje a deliberação normativa copam nº 225 lá no seu artigo 1º disse que a audiência pública é uma reunião dada para dar conhecimento do processo a sociedade para que a sociedade possa de maneira livre e instruída né? Conhecendo o projeto, possa participar efetivamente do projeto de regularização. Existem os momentos adequados para a manifestação da sociedade nós vamos dizer daqui a pouquinho né ? alguns deles, é, mas é, a primeira coisa que tem que acontecer, é que o que a gente trouxe para cá hoje a gente, o estado de Minas Gerais, o empreendedor, Companhia brasileira de alumínio, o seu consultor técnico, que é dar conhecimento as pessoas a sociedade do que será o projeto. Esse processo ele, é, teve sua licença requerida né? Publicada em 14 de Dezembro de 2019, e requerimento de audiência pública em 10 de janeiro de 2020, só que nós tivemos um grande problema técnico no sistema da SEMAD e custamos um tempo grande para poder é, descobrir os documentos, né que foram apresentados pelo pelo solicitante. O solicitante foi Associação amigos de Iracambi, né? É, Então teve uma uma troca de informações técnicas com a equipe da da tecnologia de informação da SEMAD para gente poder descobrir os documentos e a partir daí publicar a solicitação. Além disso nós tivemos, nós tivemos não, nós ainda temos, uma situação é sui generis no mundo, né? Nós estamos numa época de pandemia, em que em tese a pandemia tá recrudescendo diminuindo né? Graças a Deus os efeitos da pandemia São cada vez menores, o número de pessoas vitimadas por ela é cada vez menor, nós temos hoje os municípios se eu não me engano todos ou A grande maioria dos Municípios Mineiros em Onda Verde. O que é uma coisa bastante positiva.É, então nós também tivemos que esperar ver a possibilidade técnica, a possibilidade normativa de realização da audiência pública que só veio com a resolução SEMAD 3018, né? Teve a Resolução CONAMA primeiro, a CONAMA 494 de 2020 e a partida CONAMA 494/2020, é que nós tivemos a resolução SEMAD 3018 orientando, como é que o estado poderia fazer essas audiências públicas, realizar audiências públicas, essa essa transmissão está acontecendo a partir de Belo Horizonte, né? Sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente conforme

estabelece ADM 225 né ? não havendo vários lugares de transmissão Ela poderia ser transmitida a partir da sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e tem um ponto físico remoto né ? de participação da população que esse ponto físico tá sendo na quadra poliesportiva do distrito de Piranapanema, perdão, Pirapanema em Muriaé, mas lá tem um limite de 50 pessoas é porque nós ainda estamos na pandemia. Bom, é, de uma maneira geral, a audiência pública ela acontece de acordo com o rito que é estabelecido pela deliberação normativa nº 225. Então a primeira parte é essa parte que o presidente gasta um tempo das pessoas né em ouvir como ela vai acontecer. Uma segunda parte que é a explanação, explanação da empresa de seu consultor e depois a explanação do solicitante. A empresa e o consultor tem 45 minutos para apresentar o projeto para a sociedade. É, o solicitante Associação Amigos de Iracambi, vai ter 30 minutos para poder fazer sua manifestação livremente, né? Pode falar da maneira que ele quiser. Na segunda parte com uma duração né ? de perdão. A primeira parte abertura, segunda parte são essas essas apresentações, a terceira parte é a manifestação dos inscritos, poderão se inscrever livremente as pessoas que quiserem fazer a manifestação. Como ter um rito, né? A audiência pública, ela não é infinita ela tem um prazo para poder acabar é, a norma disse que as 36 primeiras manifestações serão trazidas ao vivo, né? Serão respondidas aqui hoje. Todas Serão respondidas, né? Então as pessoas precisam se inscrever. O sistema que foi criado pela empresa técnica que dá apoio ao empreendedor, ele tem dois momentos de inscrição. O primeiro momento em que as pessoas que queiram participar da audiência pública vão lá e apresenta o seu nome e seu documento de identidade e Para isso, elas estão assinando uma lista de presença. Essa lista de presença não é pública se a lista de presença está protegida pela lei geral de proteção de dados. Então as pessoas não precisam se amedrontar em fazer a assinatura e apresentar o seu documento porque esses documentos são resguardados. Num primeiro momento, não, num segundo momento, né? Que eu vou dar abertura daqui a pouquinho daqui a 2 minutos, é que é feita a inscrição para manifestação. Quando eu der abertura aqui vai ser vai vai ficar disponível um quadrinho no sistema do Empreendedor, né no site do Empreendedor dizendo lá: Clique aqui para se manifestar, ou alguma coisa muito parecida com isso, então nesse momento as pessoas que quiserem fazer a sua manifestação vão clicar ali e aí elas vão para uma para uma para uma páginazinha, em que elas vão se inscrever, fala aqui quem são , qual que é o nome, se vai querer falar, né? Oralmente participar oralmente da audiência ou se ela quer mandar sua manifestação por escrito para que a mesa faça a leitura das perguntas das manifestações. Só é aceita uma inscrição por pessoa, mesmo que as pessoas se inscrevam no sistema duas três quatro vezes, só a primeira inscrição é que vai ser lida aqui hoje, as manifestações da segunda, terceira, quarta inscrições serão consideradas no bojo do processo de regularização. Se tiver perguntas, essas perguntas ficaram disponíveis no prazo de cinco dias utéis, elas ficarão disponíveis para o empreendedor no sistema próprio. E também comporão o projeto, o processo de licenciamento então pessoas quiserem fazer cinco manifestações, não é impedimento, Só a primeira manifestação será discutida aqui hoje, a segunda terceira quarta quinta entraram no processo da mesma maneira as manifestações orais, pessoa se inscreve duas vezes, ela só vai poder fazer uma manifestação oral, né? A ideia da audiência pública que ela seja o mais diverso possível, né? Que ela seja é que ela traga a manifestação do maior número de pessoas possíveis, então é por isso que a gente só aceita uma manifestação por pessoa por inscrição, mas todos serão consideradas no processo de regularização por norma, o órgão ambiental, tem que trazer a discussão daquilo que foi tratado na audiência pública, para dentro do processo de licenciamento tá? nada é deixado sem sem resposta. Aquilo que foi respondido aqui publicamente já está respondido, o que não foi respondido aqui publicamente ficará é respondido no site da empresa. Então são no meu relógio 18:50, eu dou abertura do prazo para inscrição nesse minuto. Então daqui a uma hora eu interrompo quem tiver falando e fço ao encerramento, né o registro do encerramento do horário. Além disso além claro, né das pessoas poderem se manifestar livremente, é, neste momento nessa audiência, há ainda um prazo de cinco dias úteis para que qualquer pessoa que tenha acesso as informações do processo ou da audiência possam fazer suas perguntas suas manifestações por escrito ao órgão ambiental, né? Podem enviar a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e aos cuidados, né da Superintendência de projetos prioritários no site da SEMAD. Tem todos os nossos contatos, o meu contato, o contato da

equipe. É, então podem mandar por escrito para nós que essas perguntas serão acostadas no processo de licenciamento e respondidas durante o processo de análise ou Elas serão respondidas no cinco dias, ou elas serão respondidos ao final do processo de licenciamento no parecer único da Equipe técnica e jurídica da SUPRE. É, eu acho que eu falei tudo. Na minha, Ah não você tem que falar, essa é a terceira parte, né? Das perguntas e respostas, ela é composta da seguinte maneira são 12 blocos de perguntas e respostas. Então nós vamos fazer uma leitura ouvir a manifestação de três pessoas que se inscreverem com 3 minutos cada,cada manifestação até 3 minutos cada manifestação e depois uma resposta do Empreendedor e da Equipe técnica de consultores com até seis minutos de manifestação. É, para ser justo para a gente não ficar aqui abrindo mais espaço para um menos espaço para eu já dei ordem, a Equipe técnica, que os microfones serão cortados ao final desses tempos tá? Então ao final de 45 minutos de explanação do Empreendedor, ao final dos 30 minutos de manifestação do solicitante, ao final dos três minutos de manifestação da sociedade, ao final dos seis minutos de resposta, os microfones ficaram mudos, e eu vou interromper e chamar a próxima pessoa escrita ou o empreendedor pra fazer a resposta. Então, por favor eu peço aos senhores que se inscreverem que sejam bastante objetivos que façam as manifestações caberem nos 3 minutos. Eu também pedi para que o cronômetro fique disponível né? Para as pessoas que estão inscritas para poderem verificar né? O seu tempo. Então por favor prestem bastante atenção nesse tempo para não ficar sem sem conseguir terminar o que que tá falando tá querendo perguntar. É, ao final desses 12 blocos de três perguntas e uma resposta, né com até 180 minutos de duração, nós temos a quarta parte, que são manifestações de finais. Eu chamarei Associação Amigos de Iracambi que vai ter 10 minutos para fazer uma explanação final a respeito do projeto do processo das suas das suas impressões e depois disso a empresa tem 10 minutos para poder fazer as suas considerações finais terminar alguma resposta que tenha ficado incompleta, uma outra coisa que a gente Sempre, é a equipe técnica da SEMAD fica acompanhando as perguntas e respostas, e se houver algum assunto que não tivesse respondido que não tivesse sido tratado de alguma maneira, a equipe me avisa e eu peço então o empreendedor e os Consultores que Tragam nesses 10 minutos a complementação necessária tá ? De toda maneira, se por acaso ainda não ficar respondido, ao final do processo as respostas estarão acostados ao processo, tá bom? E aí depois desses 20 minutos finais nós fazemos a, o encerramento é, da audiência pública. Tá certo? Bom eu acho que agora sim, expliquei o basicamente o rito todo, e nós podemos dar início as apresentações. É, Queria então transmitir a palavra ao empreendedor e a sua equipe de consultores técnicos que terá a partir desse momento 45 minutos, para fazer sua apresentação. Eu acho que o que vocês tão procurando é o controle que tá aqui, ó, Desculpa, isso acontece sempre nas audiências, a gente depende sempre da técnica, depende sempre das coisas funcionarem, então o controle da apresenta tá aqui. Para gente não ter muito contato a outra pessoa tá pegando. Muito obrigado, eu passo então a palavra, à equipe da empresa que terá 45 minutos a partir de agora por favor contagem de tempo.

Christian Fonseca de Andrade (CBA – Gerente Unidade) - Boa noite a todos, agradeço imensamente a presença das autoridades os demais presentes conectados e também né de suas casas de suas residências e principalmente as pessoas da comunidade que estão junto conosco no distrito de pirapanema. A CBA trabalhou forte para propiciar a participação de todos vocês, tanto presencialmente quanto virtualmente, com uma grande divulgação em Rádio, Jornal, internet, interações orientativas junto as pessoas da comunidade, site tutorial para acesso remoto, disponibilização de rotas de transporte da zona rural para participação presencial aí em Pirápanema entre outras várias ações. O objetivo nosso aqui é apresentar o projeto de produção sustentável de bauxita na Zona da Mata, visando a continuidade das atividades de Lavra na zona rural permitindo assim a manutenção das operações mineiras na nossa região. Primeiramente vamos apresentar a Lavra da CBA e na sequência o time da brandit nossa Consultoria Ambiental trará os estudos ambientais iniciaremos agora por um vídeo apresentando os trabalhos desenvolvidos pela CBA na região.

[00:53:16 até 00:57:14] – Vídeo

Se a sustentabilidade é uma responsabilidade de todos, ela é um compromisso da CBA. Esse é o ponto de partida que orienta e estrutura todas as nossas ações e projetos. Vamos muito além do alumínio. Temos os mais altos padrões de atuação nos pilares de ESG que envolvem o meio ambiente, impacto social e governança. Nossa história de mineração sustentável, começou a 80 anos. Precisamento em 1941 com a extração de bauxita, em Poços de Cladas, e desde a década de 80, estamos presentes na zona da mata mineira, cm inicio da pesquisa mineral. Em 2008 implantamosd a unidade de mineração de Miraí. O conceito das nossas atividades de lavra, apresenta uma dinâmica operacional diferenciada dos processos minerários tadicionais. Uma vez que a extração da bauxita é pontual e de caráter temporário. A bauxita, matéria prima do alumínio, está em geral a poucos metros da superficie do solo, e a camada superficial denominada solo rico, é retirada e armazenada em formas de ilheiros, para posteriormente ser utilizada na reabilitação ambiental. De acordo com o livro: Iniciação ao desenvolvimento sustentável da fundação estadual do meio ambiente, o fato da possibilidade da área retornar a atividade produtiva na região, anula os impactos negativos sobre o meio sócio econômico permitindo a atividade de mineração sem interferir na vocação do meio rural. É isso que fazemos, durante toda nossda trajetória, promovemos a sustentabilidade em todos os nosso negócios e regiões onde operamos, pois sabemos que quando se trata de sustentabilidade, não existe uma linha de chegada. Há sempre mais a ser feito, e nós fazemos em conjunto com a comunidade, com o objetivo de dar continuidade as nossdas operações, apresentamos o projeto produção sustentável de bauxita na zona da mata. Um empreendimento altamente relevante para manutenção das nossas atividades na unidade de Miraí, com duração estimada em 10 anos, o projeto trará diversas vantagens para a comunidade, como a dinamização da economia, a geração de emprego e renda, maior arrecadação de impostos municipais e diversos programas sócio ambientais que geram valor para nossa sociedade, afinal somos a empresa que mais investe em preservação ambiental, segudno o ranking das 200 maiores minas do Brasil. Temos o desenvolvimento sustentável como caminho para o crescimento permanente, e queremos dar continuidade para as nossas operações porque o alumínio é essencial e porque a nossa atuação busca o desenvolvimento local e o diálogo constante. Assim, geramos parcerias valiosas e duradouras e um ambiente propício para um negócio cada vez mais sustentável. E se é sustentável, é alumínio, é CBA, Mineração sustentável. Esse é o nosso legado, criar soluções em alumínio que transformam vidas.

Christian Fonseca de Andrade (CBA – Gerente Unidade): Essa é a CBA, uma empresa genuinamente brasileira mineradora de bauxita em Minas Gerais, desde a década de 40, empresa séria, íntegra que atende todos os seus requisitos legais obrigações advindas dos nossos órgãos ambientais e demais exigências. Gerando sua própria energia para transformar a bauxita em alumínio no Brasil. Produz em uma cadeia integrada certificada por normas internacionais que atestam a qualidade e efetividade de suas práticas operacionais de governança meio ambiente e responsabilidade ambiental alimentando a indústria brasileira com alumínio que está inserido no nosso dia a dia, nos equipamentos industriais, nos hospitais, prédios públicos, em nossas casas, nos veículos de transporte, de pessoas e cargas nos eletrodomésticos e eletroeletrônicos nas embalagens alimentícias e de remédios, nas linhas de transmissão que permitem a chegada da energia em nossas residências. Falando agora sobre a Lavra de bauxita na Zona da Mata, trata-se de um depósito bem diferente. Pequenos corpos mineralizados dispersos num grande território, localizado nos topos de morro em meia encosta de média altitude, extração superficial que não gera Stereo desenvolvido em um curto espaço de tempo sem a formação de cava e sem uso de explosivos. Uma lavra simples de impacto temporário que permite reabilitação ambiental plena, e o aumento da produtividade no campo. Conforme exemplos que vocês podem ver do antes e do depois da Lavra de pastagens, eucalipto, café e nativa. Fazemos Tudo com muito cuidado, muito cuidado com o meio ambiente as propriedades rurais, com aplicação das melhores tecnologias e práticas operacionais, como abatimento de particulados melhoria das estradas rurais para transporte de minério com segurança reconformação topográfica das áreas mineradas que devolvem o contorno dos morros da região, aeração do solo com escareficação profunda permitindo melhor desenvolvimento das raízes e o

maior infiltração de água da chuva nos terrenos, adubação orgânica e mineral sementes e mudas de qualidade melhorando assim, a produtividade no campo e o monitoramento hídrico de fauna e flora e ambiental com uso de drones garantindo o sucesso do processo de reabilitação. Mas o trabalho da CBA vai muito além da reabilitação ambiental. Temos uma forte atuação socio ambiental. Promovemos o desenvolvimento social, ambiental e econômico do nosso território, através de projetos para geração de renda melhoria da qualidade da educação gestão pública e saúde, ações de voluntariado e conscientização ambiental, desenvolvimento de tecnologias ambientais. São 20 anos continuados de atuação do nosso programa de Educação Ambiental no território. 14 anos de atuação social em conjunto com o Instituto Votorantim, braço social da empresa. 13 anos de esenvolvimento de tecnologias ambientais, com Universidade Federal de Viçosa em três linhas de pesquisa de reabilitação ambiental restauração Florestal e Conservação hídrica. Nesse ambiente de responsabilidade protagonismo inovação nasce a ideia inovadora de aplicar a avaliação ambiental integrada como um ponto de partida dos estudos que serão apresentados a seguir pela Brandt Meio Ambiente e Consultoria.

Vicente Toledo Machado de Morais Jr (Brandt – Analista Ambiental) - Boa noite a todos, tá tranquilo? Eu sou Vicente. Sou consultor ambiental aqui da Brandt meio ambiente. A Brandt meio ambiente é uma empresa que atua no mercado ambiental já há 33 anos e ela tem um tem um Know How muito grande, né para elaboração dos estudos. Esse estudo específico, né? O projeto aí sustentável de mineração de bauxita, ele já há mais de 4 anos que a gente vem desenvolvendo esses levantamentos desses diagnósticos ambientais, então já é um estudo bastante consolidados. Nesse primeiro nesse primeiro momento eu apresentaria um pouco aí dos diagnósticos ambientais posteriormente o Alceu, continuará a apresentação apresentando um pouco aí da avaliação dos impactos ambientais. No primeiro momento a CBA ela desenvolveu em parceria junto com a Brandt aí, a avaliação ambiental integrada que vai além dos 10 direitos minerarios, que que vende falando aqui. A avaliação ambiental integrada, ela abrangeu ou 32 municípios e 21 sub bacias hidrográficas, esse foi um levantamento é, bastante interessante do ponto de vista ambiental, porque foi possível avaliar a sensibilidade Ambiental de uma região muito grande, e essa avaliação ambiental integrada ela constituiu de diagnóstico de dados secundários, diagnóstico de dados primários, para se fazer então uma avaliação ambiental integrada ou estratégica de toda a região. A partir disso foi então elencada aí a sensibilidade dos aspectos físicos os aspectos bióticos e socioeconômicos. Com isso foi possível compreender como que os impactos poderiam ser gerados numa área maior, e então faezr uma modelagem sensibilidade ambiental versus seus impactos, para então definir diretrizes ambientais para subsidiar é, a a inclusão aí de programas e planos ambientais. Então todos além do da avaliação ambiental integrada teve também aí os estudos dos impactos ambientais que é o Eia e o rima. Então esses estudos foram a base para os diagnósticos aí ambientais que a gente vai apresentar aqui abaixo todo esse processo. O Período de elaboração aí foi no ano de 2019, e além disso teve também algumas informações complementares é, que também subsidiam aí esses estudos. Então quando a gente fala aí de eia/rima, desse relatório de impacto ambiental do estudo de impacto ambiental, então, ele é subdividida aí na caracterização do empreendimento,no diagnóstico ambiental das áreas na análise dos impactos ambiental e também das medidas de controles e programas de acompanhamento. Então é feito um diagnóstico com base em dados secundários também dados primários, que são coletados nas áreas de interesse e assim é feito então uma matriz dos impactos ambientais e assim são consideradas então e as medidas de controle e os programas de acompanhamento. Quando a gente fala do meio físoco, os estudos ambientais, é, mostrou que o balanço hídrico da região de estudo, ele se mostrou em sua maioria com balanço hídrico é confortável a excelente. É que segundo os dados aí da Agência Nacional de águas de 2016 e quando a gente fala aí do da análise físico-química foram avaliados 28 parâmetros e esses 28 parâmetros foi mostrado que eles atendem as legislação ambiental da qualidade da água, isso foi confirmada através do índice de qualidade da água. Quando olhamos aí para climatologia do local, a gente consegue verificar que o padrão pluviométrico da região é definido com invernos, é mais Secos e Verões chuvosos. E isso tem uma importância muito grande na avaliação de impactos

ambientais é, pois os impactos eles eles têm, ele podem ser potencializados com a questão da pluviosidade então, por exemplo quando a gente fala aí de erosão e de transporte carreamento e sendimento, isso é mais intenso na época chuvosa, portanto nessa época nessa na nossa Matriz, né de impactos ambientais, Isso é levada em consideração. Falando ainda da questão da água, é, o uso aí principal das águas superficiais, é o Agronegócio, é mostra, se mostra aí 25%, e isso é bastante importante justamente é para mostrar é, qual que é o principal Agente, né? Nessa área e e como que esses impactos eles podem afetar esse público e como que os programas e os planos eles precisam ser delineadas e traçados de forma a minimizar esses impactos. Quanto a geologia, as rochas do tipo gnaisse, ortognaisse paragnaisse foram encontradas assim como granito e grama de ourito. O solo na região ele a maioria é predominante aí latossolo vermelho-amarelo, mas é possível também encontrar em outros tipos de solo, como artesolo vermelho campsolo úmido. Grande parte da área do estudo tem o relevo mais ondulado e mais íngreme. Como pode observar aí nessa figura nessa figura, aí a gente consegue verificar um pouco aí da questão do solo, maioria, então é latossolo vermelho que é essa região em laranjado, né? Quando a gente fala aí do diagnóstico do meio biótico é possível observar em amarelo que a maioria da área ela se encontra com pastagens. 73% dessas areas, então são pastagens seguido de 20% que a floresta fragmentos florestais aí de Floresta estacional semidecidual, isso é muito importante principalmente como modelo de negócio aqui apresentado, por que a recuperação, a reabilitação das áreas podem pode ser uma oportunidade para favorecer até um aumento posteriormente, dessas áreas com florestas, então oportunidade e também de melhorar o solo que muitas dessas pastagens, o solo se encontra no degradados. Aqui é possível observar esse mapa aqui é direita, 73% então da área pastagens, né? Pastagem degradadas, a gente pode, tem algumas figuras ali à esquerda que mostra exatamente áreas de preservação permanente que descobertas aí de vegetação, então mais uma vez essas áreas podem ser aí reabilitadas, tem essa oportunidade esse potencial para ser reabilitadas. Quando a gente fala aí de fauna foram encontradas foram mapeados aí os indivíduos, as espécies de diversos grupos fauníticos, conseguimos observar aí que foram mapeados 16 espécies de mamíferos terrestres, dessas 5 espécies ameaçadas de instinção, 16 espécies de mamíferos voadores e duas ameaças, duas ameaçados de extinção. É, Quando a gente olha para o grupo de répteis e anfíbios foi possível observar aí 12 espécies de anfíbios na área e três espécies de répteis, nenhuma dessas espécies apresentam algum grau de ameaça. olhando pro grupo das aves, foram mapeados 155 diferentes espécies de aves na qual duas ameaçadas de extinção e 29 consideradas endêmicas, os insetos foram possível registrar aí 17 espécies de insetos voadores e 6 espécies de abelhas. Quando a gente olha aí para os peixes, 42 espécies de peixes, foram mapeadas aí na área e 8 considerados como criticamente ameaçadas. Isso exatamente 17 espécies vetores de insetos, né? Olhando para Flora, é, foi mapeada aí 1042 espécies é diferentes, né ? De Flora e dessas 130 pertenciam aí a 139 diferentes famílias, 8 foram ameaçadas de extinção ameaçados de extinção no país duas são protegidos por lei 6 ameaçadas no estado 5 ameaçadas no mundo e duas espécies endêmicas de Minas Gerais, quando se Olha aí os interesses econômicos dessas espécies dessas 1042, 53 espécies são de uso madeireiro, 14 é espécie de uso alimentício 19 de uso medicinal e 33 ornamental. Das espécies encontradas, algumas são protegidas por leis ou ameaçadas de extinção como exemplificado aqui. É, dentre elas o Ipê Amarelo, o Ipê tabaco, portanto, essas espécies merecem aí medidas específicas de conservação. As unidades de conservação foram possível aí mapear 9 unidade de conservação de Uso Sustentável na região, três dessas unidades de conservação ela são sobrepostas aí aos direitos as áreas azadas, as áreas diretamente afetadas, porém elas são é possível minerar nessas áreas, desde que autorizada aí seja feita de maneira sustentável. Olhando aí para os aspectos do Meio sócio-econômico foi possível mapear na região 470 bens culturais, inventariados tombados ou registrados e aqui a gente tem alguns exemplos desses desses bens, como é que eu a ladeira Américo José Honório, a edificação histórico de Miraí. Quando quando é analisada aí o IDH da região é possível verificar que os municípios esses que estão em amarelo que que é Mirai, Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre. Esses municípios eles estão abaixo do IDH de Minas Gerais, Só Muriaé que tá bem próximo aí do IDH de Minas Gerais. Esse esse fato é bastante importante porque pode também fornecer aí, uma possibilidade para o empreendimento

auxiliar na melhoria desses indicadores, existem programas já consolidados da CBA. Que que é possível mapear que contribuíram com essa melhoria de indicadores. Quando a gente verifica aí na tabela ao lado, o IDH da educação e da da longevidade o IDH de renda esses que compõem o IDH geral que a gente tava falando aqui na tabela esquerda, é possível verificar que no caso do IDH de educação os municípios estão bem abaixo uma faixa aí já mais crítica, né que tá vermelho que é o município de Miraí, Rosário da Limeira e São Sebastião da Vargem Alegre. Esse fato novamente reforça essa importância e essa oportunidade de melhorar esses indicadores. A população que é essa tabela a direita, a população a maioria está concentrada em Muriaé, mas 100 mil pessoas nessa região, então de uma maneira geral a todos os municípios estão com as população estão mais concentradas na area Urbana. Bom através dos diagnósticos ambientais foi possível então avaliar a questão da sensibilidade ambiental dos três meios do meio físico, do meio biótico e socioeconômico, então foi feito alguns indicadores de algumas Matriz, para a gente corelacionar e avaliar Então essa sensibilidade. E aí Aqui tem uma legenda quanto mais vermelha uma sensibilidade mais alta para aquele meio, e quanto mais Verde uma sensibilidade mais baixa. Quando a gente olha aqui para os aspectos físicos da área é possível verificar que essa area ela possue aí uma sensibilidade de uma maneira geral uma sensibilidade mediana alguns pontos a oeste e a Norte ali que tem uma sensibilidade um pouco maior. Mais uma de uma certa forma na área específica essa sensibilidade, ela é moderada. Essa sensibilidade né para os aspectos físicos. Quando a gente fala da sensibilidade aí para os aspectos bióticos, é possível verificar que a sensibilidade da maioria aí dessa área de estudo, ela é baixa, essa parte em verde, né? Demonstra isso e quando a gente fala do aspecto sócio-econômico é possível verificar que essa sensibilidade ela também é baixa, porém é de média alto nos municípios em alguns municípios ao Oeste ali e também ao sul, demonstrando então essa oportunidade, né que a gente comentou aí de desenvolvimento dessa região.

[01:17:27 à 01:17:48] – Silêncio

Alceu Raposo Júnior (Brandt – Analista Master) - Boa noite a todos, eu sou Alceu Raposo, especialista da Brandt em avaliação de impacto ambiental e responsável coordenador-geral desse Eia ao longo desse desse processo aí nesses últimos anos, então é a minha responsabilidade nessa audiência pública é trazer um pouco dos conceitos aqui da avaliação de impacto, que na verdade é o coração do eia-rima, né? Se toda essa parte que foi trazida pelo Vicente é o diagnóstico ambiental e ele vai corborar para as questões de avaliação do impacto ambiental, gerar subsídios para que a gente por meio da caracterização do empreendimento que a infra que a estrutura com que é o modus operanti desse empreendedor. Sobre esse meio ambiente a ser afetado essa sensibilidades apresentados aqui a gente então tem a realidade dos impactos ambientais, então é esse é o coração do eia-rima, que a avaliação de impacto ambiental que é por meio dela que a gente faz as medidas e os programas ambientais de controle. Bom então do ponto de vista de avaliação do impacto ambiental a gente teve então a gente tem 3 etapas etapas de opera, implantação a etapa de operação e de fechamento, durante e também etapa de estudos ambientais prévios, a gente vai falar um pouco sobre ela aqui nas questões de socioeconomia. Então com as características desse empreendimento que a extração de bauxita é não implica em uma mudança de implantação em um cenário temporal de implantar como você tem por exemplo na mineração de ferro que você precisa gerar todo uma infraestrutura para depois que a implantação às vezes gasta 3, 5 anos implantando para depois você operar. Neste caso aqui a implantação e operação vão ocorrer concomitantemente que é simplesmente a retirada daquele topsóio, que que já já estaria implantando, e a retirada da bauxita que seria operação, então neste caso Abrandt considerou a etapa de implantação e operação como no mesmo Marco temporal. Então vamos no ponto de vista do meio físico, vamos entender um pouco aqui, quais foram os impactos ambientais que foram diagnosticados. É, a gente então entendeu os impactos da alteração da propriedade física do solo que é justamente aquela retirada da do topsóio né? Que é aquele material orgânico tá ali em cima, então o efeito dele é negativo e pouco expressivo, porque é na verdade a extração de bauxita ela é feita superficial, então a gente não tem

toda a retirada do material que a gente vai utilizar, quer dizer empresa vai utilizar isso posteriormente. Nós temos então a alteração nas taxas de ocorrência de processos erosivos né? Que é uma vez você deixando o solo exposto. Você tem o potencial de causar processos erosivos principalmente naqueles períodos de chuva ali que aquele gráfico de climatologia que foi apresentado, o efeito negativo e incidência dele inexpressivo, justamente pelas características com como esse empreendedor atua na sua expertise na exploração da bauxita, se fosse em outros métodos, ele poderia ser por exemplo muito espressivo, né? Então neste caso Devido as características operacionais desse empreendedor, ele foi considerado na avaliação de impacto, como inexpressivo, por que cuidam desse processo com o devido cuidado depois alteração na qualidade das águas superficiais é sempre uma preocupação e ela foi considerada um impacto negativo e pouco expressivo, é alteração da dinâmica sedimentológica dos cursos d'água, que é uma vez que vocês expõe é, o solo você tem a chuva e depois há um potencial carreamento desse sedimento, você tem é a possibilidade de causar, É sedimento nos cursos d'água, logo bem próximos ali. Então alteração da dinâmica hídrica superficial também é um impacto negativo pouco expressivo na avaliação de impacto realizada alterações dos níveis de ruído que é as máquinas operando, pessoas transitando equipamentos, é não é uma mina que utiliza de explosivos já foi falado, então nós temos um impacto aí considerado como um pouco expressivo, alteração da qualidade do ar como negativo e também a sua com um pouco expressivos justamente pelo processo de aspersão de água e utilização de técnicas para promover aí o abatimento dessa poeira durante a implantação e operação. Muito bem, nós temos então para o meio físico na etapa de fechamento nós temos alteração das propriedades físicas do solo. Ah então quando for fechar a mina é que é etapa de fechamento. Então ele é positivo porque ele vai trazer aquele topsoil de volta, vai recompor aquele solo e em condições é bem próximo ali do do natural, alteração nas taxas de ocorrência de processos erosivos. Aí então como positivo e significativo e alteração da qualidade das águas superficiais durante o fechamento Lembrando que aqui já é etapa de fechamento como positivo e pouco expressivo. Do ponto de vista dos impactos ambientais, é na etapa de implantação operação para o meio biótico , né? questões biológicas aí, nós temos então a fragmentação das áreas de vegetação nativa então eventualmente, você pode causar a fragmentação dessa vegetação nativa foi considerado negativo e porque pouco expressivo? Porque na verdade é um tipo de atividade minerária que Como já foi dito na região da Zona da Mata ali, ele é, ele utiliza médias Vertentes e topos de Vertentes. Geralmente essas áreas como já foi apresentada no diagnóstico, são áreas de pastagem são áreas degradadas. Então apesar da gente considerar com fragmentação de área, mas esse não é o bojo de todas as áreas a serem exploradas, algumas pequenas areas podem ser fragmentadas a maioria delas foram verificadas como área de pastagem e por isso a gente tá tratando esse impacto como pouco expressivo. Altenação na, o que seria diferente, por exemplo numa área de Mata essencialmente fechada, né ? alteração na dinâmica do Eco sistema como negativo e também pouco expressivo muito em função das questões de utilização desse hambiente, que é um ambiente de pastagem um ambiente de áreas de eucalipto ambientes mais degradados em detrimento de ambientes muito preservados. É, nós temos aqui então perdas de indevido da fauna, né? Eventualmente algum ou outro indivíduo ali pode ser atropelado na fauna, pode ser por um operador desavisado sem a devido treinamento pegar algum algum animal matar algum animal, então é a gente tem perda de indivíduos da fauna, ele negativo e pouco expressivo, perda e alteração de habitat, você é uma vez entrando com uma área de exploração por menor que seja um impacto dela previsto, você tem animais que circulam ali naqueles ambientes e acabam sendo alterando aqueles habitates ali, eles tendo que deslocar em função do ruído, da poeira. Então a gente tem esse Impacto como negativo e significativo aí. Dispersão forçada da fauna que é o ruído a geração de poeira de vibração todos esses, é, o deslocamento de pessoas ali acaba provocando a dispersão forçada da fauna e perdas de indivíduos da fauna aquática em função de alguns sedimentos, alguma alteração eventual na qualidade da água de Corpos hídricos bem próximos ali da operação. Ele é negativo e não significativo que justamente é um tipo de atividade de extração que não fica muito próximas de cursos d'água, como já foi dito médias Vertentes e topos,e alteração de alteração ou perda de habitats aquáticos já falado, né? Alteração da cobertura vegetal Nativa, que é quando a gente retira a cobertura ali na mata em

função da exploração, neste caso como já foi dito, ela é pouco expressiva em função das características desse tipo de exploração, com atuação da CBA e perdas de indivíduos da flora que estão muito relacionado ao Impacto anterior aí ele é negativo e significativo. O próximo é o fomento a recolonização por indivíduos de fauna terrestre que é na etapa de fechamento. A gente então tem ele com positivo e muito significativo e o fomento a recolonização da biota aquática que é todo esse processo que a CBA utiliza já com experiência, expertisse que ela tem ao longo desses anos, que é a recomposição desses ambientes da exploração aí da bauxita, e a fragmentação de áreas de vegetação nativa como positivo e pouco expressivo, alteração na dinâmica do ecossistema. Então ele foi considerado como positivo e pouco expressivo. E aí no meio sócio-econômico na etapa de planejamento que essa etapa que nós estamos né, fazendo planejamento e execução do Eia, entrevistas, então tem expectativas, ele é um impacto às vezes para uns negativo e para outras pessoas que acham que o empreendimento vai chegar causar ali desenvolvimento na região, ele é positivo e, ele foi considerado como um pouco expressivo e a tensão entre grupos sociais de interesses antagônicos também negativo e positivo como já foi dito aí, e a intensidade dele como pouco expressivo. É, nós então, na etapa de implantação operação, temos a intensificação e alteração do tráfego sobre acessos a locais, as vias municipais aumento do risco de acidentes viários, geração de incômodos e transtornos a população todos dois como negativos e pouco expressivos, alteração temporária da paisagem que a gente viu que depois dessa paisagem é recuperada, ele é negativo e pouco expressivo. E por que que ele é diferente de paisagens de mineração, por exemplo como ferro? porque lá você tem rebaixamento de cabo, aqui a gente retira superficialmente esse material e depois recompõe aquela paisagem, interferência sobre o patrimônio cultural material e imaterial. Ele é considerado aí. Aqui tá escrito errado. Ele é considerado como o negativo e tá escrito positivo aqui, mas é um erro nessa apresentação. É, e melhorias das vias locais e municipais que o empreendedor uma vez tá chegando ali, ele precisa de acessar para passar com os caminhões, ele acaba fazendo todo um processo de melhoria das vias locais e municipais ali, então ele foi considerado como um positivo aí. Na etapa de fechamento a geração de expectativas por perda de postos de trabalho a saída da mineração na região então, ele é negativo para uns e positivos para outros e pouco expressivo, tensão entre grupos sociais de novo que querem né? a mineração indo embora já definitivamente o outros que querem que ela fica, então há essa tensão aí, ele pouco expressivo, e fechamento dos postos de trabalhos temporários sempre uma questão negativa aí, e foi considerado como um pouco expressivo, dado um montante de eventualmente desempregados que vai haver porque a CBA tende a deslocar esse pessoal para outras áreas. É Dinamização da economia Municipal, né que passa não ter mais arrecadação de tributos ali então ele é negativo, alteração temporária da paisagem positivo recuperando a paisagem e alteração temporária do uso do solo aí voltando o solo com as condições próximas ao original dele como positivo e pouco expressivo. Pra que tudo isso tudo ocorra, nós temos então que uma gama de programas ambientais que precisam ser tratados. Então aí programa de gestão ambiental, programa de controle de processos erosivos né? Os programas de recuperação das áreas degradadas que a gente chama de prad, né? Que depois o professor da universidade vai poder falar um pouco para gente tá aqui dos trabalhos que são desenvolvidos na região, o programa de fomento a pesquisa científica que ele ambém vai poder falar para gente, programas de manutenção em máquinas de veículos e equipamentos para gerar que pouco ruído não ter óleo que contamine é o solo, enfim toda parte, o programa de monitoramento hidrológico para ver se não tá tendo alterações na nos corpos hídricos, né juntamente com o programa qualidade das águas superficiais para ver se não tá alterando sedimento, qualidade das águas que foi feito lá no diagnóstico ambiental e você tem um background. Ou seja a condição atual daqueles corpos d'água, qualquer alteração pode ser em função do empreendimento e daí esse programa vai tratar de controlar esses aspectos, programa de monitoramento produtivos programa de comunicação e responsabilidade social que a empresa é importante falar, é, grande parte desses programas ela já faz na região na Zona da Mata e também vão ter oportunidade aqui de expressar melhor sobre como ela atua em função desses programas aqui. E o programa operacional de supressão, aí nós mais uma gama de outros programas ligados ao meio biótico que é resgate de Flora afugentamento monitoramento da fauna, os de compensações

ambientais, que são importantes, de educação ambiental e esse também que é muito importante que é um negociação fundiária porque quando vai entrar numa área de propriedade privada não se entra sem uma devida negociação,então a empresa tem que negociar com o superficiário a essa entrada ali, o plano de fechamento da Minas programas de fomento a mão de obra local e programa de controle de qualidade do ar e por fim aqui, os programas de níveis de ruído educação patrimonial controle de tráfego, né que é importante, que vai ter a circulação de veículos na região tem deslocamento de pessoas crianças que estão ali na na região, é, tem que ter ese devido cuidado, então esse programa de sinalização controle do tráfego, e o programa de gerenciamento resíduos sólidos que a empresa precisa se atentar para isso. Aqui um pouco do destaque da das áreas mineradas aqui e os estudos que são feitos aí com a universidade Federal de Viçosa, que é um processo hidrológicos em áreas de mineração de bauxita na Zona da Mata de Minas Gerais, então tem vários artigos mostrando aí como a parceria entre universidade federal aí atua com a CBA , e esse histórico aí de desenvolvimento da de técnicas de recuperação pós extração mineral. Aí mais estudos é, também, eu vou avançar aqui porque já estamos no avançar da nossa apresentação e aqui sobre a síntese dos impactos, nós temos os impactos de fatos negativos, né para esses impactos negativos a uma compensação ambiental a ser feita, né que tá prevista em lei, os impactos positivos eles ajudam aí na dinamização da economia local no desenvolvimento local que também a oportunamente a CBA vai poder falar um pouco como ela tua aí no na educação ambiental e no desenvolvimento Regional aí, e a participação aí de da comunidade é sempre muito importante nesse processo de licenciamento e principalmente durante as etapas de implantação operação para que esses impactos e negativos sejam mitigados e os impactos positivos sejam potencializados. Então audiência pública aquí, também é uma forma da comunidade está expressando aí os seus anseios e suas preocupações. Bom eu acho que basicamente é isso é aqui nós temos as áreas de influência do empreendimento que depois a gente pode elas de maneira oportuna aqui que são do areas do meio físico.

Rodrigo Ribas (Superintendente de projetos prioritários da sexretaria de estado de meio ambiente): Se Você não ligar, não fala né? Muito obrigado a CBA e a Abrandt pela explanação. Espero que tenha ficado bastante claro para as pessoas que ouviram, eu queria antes de chamar aqui o representante da Associação Amigos de Iracambi, eu queria só dar dois recadinhos, o primeiro é que nós estamos com uma presença muito boa tanto na plataforma disponibilizada no site da CBA quanto no YouTube né? A Equipe técnica está fazendo acompanhamento minuto a minuto né dessas dessas entradas. Então tá uma presença bastante expressiva o plano de comunicação apresentada pelo empreendedor explicou para todo mundo na sociedade nas comunidades poderão ser afetadas como entrar né? O acesso via sistema, o telefone para mandar SMS ou então mensagem para o aplicativo de mensagens, né? Tem nome, acho que a gente não pode falar aqui, e tem também o telefone pras pessoas fazerem manifestação. Então é isso tudo é explicado pelo empreendedor no plano de comunicação, nós temos, são são 19:41, nós daqui a 9 minutos, encerramos as nossas inscrições. Eu vou só avisar ao representante do solicitante que às 19:50 eu vou pedir um segundinho só para registrar o término, vou ou interromper a fala, peço desculpas. Se a gente soubesse que ia dar tanto trabalho, em interromper as pessoas, a gente tinha pensado num prazo de inscrição maior na Norma, né? Para que para que as pessoas pudessem falar sem ser interrompidas.Então peço desculpas ao seu Robbin Lebreton de uma vez , antecipadamente pela interrupção, e avisar as pessoas que se inscreveram que que a norma não permite a transferência de inscrição, então, por exemplo se o Rodrigo se inscreveu para falar eu não posso falar assim, não quero falar mais não, quem vai falar no meu lugar e a Gisele e a Gisele é minha colega que ela faz o meu meu apoio jurídico. A Gisele que vai falar no meu lugar, isso não é permitido pela Norma, tá certo? Então se uma pessoa por acaso não quiser mais fazer manifestação alguma coisa assim, ela vai abrir mão sua manifestação é nós, vamos chamar o 37º escrito para poder fazer a manifestação ao final tá certo? Eu queria então agora chamar o seu Robbin Lebreton, ele está lá no apoio físico, então pedi a técnica que transfira ponto de apoio físico que abra a palavra ao senhor Robbin , Associação Amigos de Piracambi, muito obrigado.

Robbin Lebreton: Antes de mais antes mais nada o presidente disse na fala dele, que audiência e público é o início de um processo de licenciamento. Lamento dizer que para nós se é o início começo muito mal. Essa formato virtual, numa zona eminente rural como a nossa, é completamente inviável, e não permite de maneira alguma,a participação da população atingido pela empreendimento. Então para nós, nada mais é que uma farsa, uma farsa total. Dito isso, eu vou passar para Aqui As águas limpas da nossa Serra, aqui as águas com vão ser depois da mineração. Nossa, o estudo de impacto ambiental, me parece que as pessoas que elaboraram o estudo, mora muito longe, porque essa processo é contra a lei em dois aspectos, o primeiro como se vê nesse mapa aqui uma uma das concessões é o 830 752 atingi plenamente a área de preservação ambiental do Município de Rosário de Limeira, e a Lei Municipal de Rosário de Limeira, não permite mineração em apa, e o estudo de impacto ambiental, não não menciona esse fato. Outra coisa é a declaração de conformidade do Prefeito, é completamente irregular porque ele fala que não tem nada contra, na lei contra a mineração em apa enquando a própria lei , como acabamos de ver, dizer o contrário. Então foi isso essa essa motiva consideramos que essa processo é completamente ilegal. Nesse momento eu vou passar a palavra por meus colegas, o seu doutor Lucas, obrigado!

Lucas (professor do instituto Federal Sudeste de Minas Gerais): Boa a noite a todos! Eu sou Lucas, sou professor do Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais e integro a comissão de tratamento em mineração na região. Eu vou fazer uma fala breve e me atendo a dois aspectos de uma análise perigmar que eu fiz, sobre o estudo de impcto ambiental, o Eia, que foi nos apresentado agora, né? Evidentemente que eu poderia falar que a serra do Brigadeiro, da sua importância, dos seus aspectos hidricos, da biodiversidade. Entretanto, o fato de existir um mandato de conservação, né? Do parque Estadual da serra do Brigadeiro, já atesta essa importância extrema da serra né? Mas a serra do Brigadeiro não se limita ao parque estadual né? O pesb é de fato um um referencial importante, e na serra do Brigadeiro abrange um conjunto serrano muito maior que extrapola os limites dessa unidade de conservação. Desse limite para além do parque que estou falando, que inclui Pirapanema e inclui outras regiões que são ameaçadas por esse projeto né? Bom , levando isso em consideração, o primeiro passo que eu queria destacar aqui, é o que Vai resultar na implantação desse projeto, vai resultar em uma pressão sobre os recursos hídricos. O próprio Eia na página 495, menciona que a atividade industrial de maneira geral e administração específico, é, se coloca comofator de qualidade de pressão na qualidade de água certo? Inclusive na apresentação anterior foi visto isso, e na página 518, coloca hidrantes né? Em termos de impactos, no caso específico das obras de pressão, destaca-se a elevação do níveis de sólidos sedimentáveis, ou não. O aumento da turbidez que poderia compromenter temporariamete o sistemas de capatação e niveis dessa água para diversos tipos de consumo, isso entre aspas. O eia. Entretanto curiosamente, o mesmo eia não menciona que parte do muniipio de Muriaé, particularmente os bairros, dornelas, santana, cardoso de melo, outros bairros, são abastecidos pelas águas que descem dessa água da serra, que está justamente em questão nesse licenciamento, mais do que isso, o eia fala em 414 nascentes que serão afetadas, das quais a maioria no Rio Preto e no Rio Muriaé né? Dessas nascentes, apenas 129 foram feitas, foram mapeadas, com trabalho de campo né? In lock. A maioria através de técnicas de processamento sem supervisionamento. Nas páginas, esses mapas estão lá nas páginas 663 a 672, mas segundo o próprio eia, na página 528 a necessidade de refinar esse mapeamento, ou seja, eles consideram ele ainda insuficiente. Bom, sobre isso é importante mencionar, que a ausência dessa informação sobre captação de água pelo Município de Muriaé, é uma grande preocupação, né? No momento que a gente vive justamente uma escassez hidrica nacional né? Mas isso não é o pior é ao meu ver O pior é que o eia não mensura quando e como as intervenções nas áreas de interesse da mineração pra mineradora afetaram a quantidade a qualidade dessas águas, que por sua vez, interferirão na quantidade e na qualidade das águas que abastecerão parte do municipio de Muriaé. Isso é uma informação imprescindível e está ausente no estúdio.

Também sabe-se que a vegetação cumpre um papel importante né? Ela trabalha, ela , a vegetação retém a agua, trabalha na infiltração da água no solo, para formações de lençóis freáticos e posteriormente pras nascentes. En tretanto o Eia,é, considera na área que vai ser minerada, nos corpos minerados, e que serão 22% de um lado que serão suprimidos, 22,71%. Bom, qual o impacto dessa supressão no abastecimento das águas? Também encontrei ausente essa informação. Não há essa menstruação. O que o eia apresenta, também foi mostrado aí, fez uma descrição de quais recursos serão afetados, um trabalho descritivo, descrição essa que eu lembro que o próprio levantamento que o próprio eia reconhece como insuficoente né?

Rodrigo Ribas (Superintendente de projetos prioritários da sexretaria de estado de meio ambiente): Lucas, senhor Lucas, peço por favor o senhor, para tempo por favor,
Eu peço desculpas senhor Lucas, como eu tinha avisado, eu preciso agora são 19:50, avisar que foram foram encerradas as inscrições nesse minuto. Tá certo? Muito obrigado senhor Lucas, eu peço desculpa de novo pela interrupção, e o tempo vai retomar de onde ele estava.

Lucas (professor do instituto Federal Sudeste de Minas Gerais): Eu volto então, eu estava na parte da descrição dos recursos, o trabalho é um trabalho descritivo apenas e essa descrição já foi considerada como insuficiente pelo próprio documento, na página 1728 o eia apresentam então os impactos potenciais, a qualidade das águas, na disponibilidade de hidricas, na dinâmica sedimentológica, entre outros impactos, qualidade do ar, mas retendo ainda a tensão sobre as águas, e pra impactos, eles carecem de uma qualificação e de uma quantificação né? Isso não foi feito. Quanto e como as águas superficiais poderão ser alteradas? Quanto é como a movimentação sedimendiológica afeta as águas e o assuriamento? Sabemos que as áreas de lavras se encontram geralmente em topo de morro, não foi colocado né? Apesar disso, o eia menciona que 85% das nascentes não afetadas porque ficam 50 metros de distãncia das áreas de lavras, que é o que a lei fala que é uma área de preservação permanente né? Mas haverá grande movimentação de terra. Qual impacto dessa movimentação no asseoramento das nascentes? Todas elas, questões sem respostas do eia/rima nessa minha análise. Interessante notar que na página 1735, o eia reconhece que essa intervenção poderá alterar a dinâmica de toda bacia hidrográfica, porque ela é muito significativa, mas não diz quanto é o muito significativo.Isso a gente fica sem saber. Quanto significamente isso é? Tais dados são necessários para uma melhor avaliação mental e dos impactos ambientais que serãso causados, caso o entendimento venha a se implementar né? Um segundo ponto que eu gostaria de tocar rapidamente, mas não menos importante, é o que consta na página 419, o eia afirma então que são 10 concessões que estão em debate nessa audiência, inclusive, mas o que é mais assustador aqui, é que ele menciona é, que há 71 concessões nessa região né? É importante mencionar então que o eia, faça uma avaliação integrada. Uma coisa é avaliar 10 concessões e seus impactos sócio ambientais como nos foi apresentado, outra coisa é avaliar 71 concessões, que são compeltamente diferentes. Essas concessões em maior ou menor grau, são de vários minerais, mas o maior deles é a baixita com 43 concessões né? Ou seja, o que eu estou dizendo é que tem que ter em mente que além da CBA a outras mineradoras com ineteresse nessa região e tem que ser feito uma avaliação ambiental integrada. Então e portanto, essa necessidade de considerar o impacto dessas 71 concessões. Hoje são 10 aqui, amanhã são 10 ali, depois 10 mais em cima, e essa é da uma dimensão completamente diferente dos impactos sócio ambientais né? Então a avaliação é imperceptivel para ter noção dos reais impactos sócio ambientais ao longo da bacia hidrigáfica né? É, mas mais do que isso, há interesses nuerados em todo entorno do parque nacional da serra do brigadeiro né? Lá debaixo de onde está falando hoje, até lá em cima pra cima de divino. Então quais os impactos de todo esse processo que é interesse, que é concessão de bauxitas especificamente? São várias questões que não são respondidas no eia né? Então espero que essa superintendência leve em consideração essas ausências né? Que de fato são ausências que invisibilizam vários impactos de não temos respostas sobre eles. Sobre IDH, gostaria de mencionar antes de passar pro meu colega a palavra, que foi mencionado que o IDH de limeiro e rosário de limeira, são sebastião da vargem e alegre e Iraí, são justamente os municipios que estão com o IDH

mais baixos e um consultor ambiental propos que o entendimento pode melhorar esses indices né? Mas curiosamente, esses indices são baixos , e curiosamente são os municipios que a mineração atua né? Então porque a gente não inverte a lógica né? Será que eles são baixos porque não tem mineração? Ou será que eles são baixos justamente porque tem mineração? Então uma contradição aí que a gente precisa ficar atento e precisa investigar esses dados de uma melhor forma e mais aprofundado. O Eia carrega essas contradições, a gente está estudando o eia ainda, é, eu acredito que tena mais contradições , mas eu queria destacar nessa minhas fala essas duas, relativas aos recursos hidricos, não mensurados corretamente, não quantificados, não qualificados nesse debate, quais seus reais impactos , especialmente no municipio de muriaé que depende, uma parte do municipio, da bacia hidrográfica do Rio Preto. É, e o segundo ponto, é do licenciamento ambiental fatiado né? A gente tá com uma fatia do licenciamento ambiental de um interesse minerário que vai muito além de Pirapanema e pode trazer muito mais impactos do que posto em Pirapanema. E aí eu passo a palavra pra minha colega Gilecilene. Muito obrigada viu?

Dra. Gilsilene Mendes (Representante da coordenação Estadual da Comissão pastoral da terra de Minas Gerais e Membro da comissão Regional de enfrentamento a mineração na serra do Brigadeiro): Boa noite a todas e todos! Estão Me ouvindo bem? Então meu nome é gilcilene Mendes, represento coordenação Estadual da comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, também sou membro da comissão Regional de enfrentamento a mineração na Serra do Brigadeiro. Primeiramente. Gostaria de agradecer a Deus pela oportunidade de estar viva. Porque além das ameaças de todas as formas que nós sofremos por defender o nosso território, a natureza, a terra, nós convivemos agora com medo da morte também por essa pandemia. A audiência pública convocada pela CBA no dia de hoje com o relatório de impacto ambiental apresentado às Comunidades, além de evidenciar várias limitações que os torna deficitários quanto ao elemento importante para a tomada de decisão, com destaque claro, que são elaborados por profissionais relatam aspectos técnicos cientificos, e que a comunidade atingida na maioria das vezes não entendi sozinha os dados contidos no documento. Sem contar os técnicos contratados financeiramente pela empresa tendem atender aos interesses econômicos da contratante. Não levando em consideração na maioria das vezes as dimensões sociais, falta informações básicas, que tornam o documento incompleto e deficiente, como falou meu companheiro Lucas, que me antecedeu. Esse processo ocorre em meio à tensões e conflitos socioambientais, pois se trata de mineração em região de Mata Atlântica, o território Serra do brigadeiro e que já possui uma economia consolidada baseado na agricultura familiar, na agrecologia, no turismo de base Comunitária e parte desses municípios são compostos pelo parque Estadual Serra do brigadeiro, de grande relevância para a preservação da biodiversidade pela importância biológica, cultural, histórica, econômica e social, além de ser um laboratório vivo de interesses científicos e Educacional. A CBA tem um plano de expansão de extração de Bauxita no entorno do Parque Estadual Serra do brigadeiro e em suas zonas de amortecimento, e em área de Proteção Ambiental, como disse o sr Robbin, que iniciou a fala De um lado a mineradora defende um projeto de economicista e capitalista com a lógica do lucro acima de tudo, por outro lado as organizações sociais que compõem a comissão Regional de enfrentamento a mineração na Serra do Brigadeiro junto as comunidades atingidas, lutam pela permanência no território na defesa de um desenvolvimento que é o fortalecimento da Agricultura a preservação ambiental a defesa das águas a valorização da cultura e o modo de vida do povo, que possui uma religiosidade muito forte, pois eles consideram grande parte desse território como sagrados. São locais onde as pessoas se reúnem para as rezas, as visitas aos cruzeiros, isso se torna muito importante para nós. Com isso, acirra-se os conflitos por um território em disputa por diferentes projetos em questão. O Parque Estadual Serra do Brigadeiro foi criado em 1996 como área de conservação da biodiversidade de grande importância, pois áreas de Mata Atlântica no Brasil contínuas no Brasil como essas, são raras, e o Parque Estadual Serra do Brigadeiro se encontra atualmente classificado como categoria de importância extrema entre as áreas prioritárias para conservação da biodiversidade de Minas Gerais, composto por oito municípios. Em relação a

Mineração nessa região, no que consta no seu plano de manejo do Parque Estadual Serra do brigadeiro na zona de amortecimento definida por 10 km ao redor do Parqu, deverão ser vedadas e restringidas, as atividades impactantes sobre o solo e as águas, como a extração mineral e a construção de barragens. A população rural dos Municípios atingidos segundo o IBGE de 2010 Muriaé com 7540 as pessoas, Rosada Limeira com 1951pessoas, Mirai com 3405 pessoas, São Sebastião da Vargem Alegre, mil cento e noventa e cinco pessoas, e Miricema com 4482 pessoas, totalizando-se 18573 pessoas estão no meio Rural, são aproximadamente 20 comunidades. Com agricultura familiar como um carro chefe de um dos maiores geradores de emprego e trabalho nesses municípios. Com produção de alimentos saudáveis que viabiliza a segurança alimentar de diversos municípios da região. Nessa pandemia vimos, pela campanha da Periferia Viva, o quanto é importante Agricultura Familiar na região que mais uma vez as comunidades rurais vem socorrendo as famílias que estão passando fome nesse momento de pandemia. Na região da Zona da Mata já existem inúmeros projetos alternativos que Visa garantir o manejo sustentável nas propriedades promovendo transição agricolcogica através da construção participativa da gestão ambiental e recuperação das águas. Organização das redes de produção e comercialização através das feiras agricológicas. Foi em reconhecimento da importância desses projetos para a região que em 2018 foi criada através da lei estadual de autoria do deputado Rogério Correia do PT, o Polo agrícológico e orgânico da Zona da Mata. Que Está sendo exemplo para outras regiões. Se tornou referênciapor ser o primeiro Polo a ser criado no Brasil. E a mineração representa uma ameaça à tudo isso, porque não tem como conciliar agricultora, turismo, preservação das águas com mineração. São projetos antagônicos. Além dos impactos da extração da bauxita ainda convivemos com o Risco de rompimento de barragem. No Eia, estudo de impacto ambiental, a empresa não fala não se fala que vão construir uma nova barragem ou se pretendem altiar a barragem já existentes e a previsão de quantos alteamentos. É preocupante ter uma barragem daquela proporção em cima das nossas cabeças e sabemos que hoje pode ter o laudo técnico em conformidade com a legislação. Mas e amanhã? Não tem garantia, haja vistas as barragens que se romperam como a de miraí em 2007 e a de Brumadinho 2019. Também tinha os seus laudos e não havia os riscos de rompimento. Elencamos aproximadamente 20 comunidades que serão atingidas com esse projeto, que hoje vocês estão apresentando, mas sabemos que serão muito mais comunidades atingidas, pois a Natureza não obedece cercas. O ar, as águas não Tem Fronteiras. Se contaminados irão impactar muito mais comunidades e municípios do que os citados, seja pelo trânsito de caminhões seja pela alteração na cultura do povo onde as comunidades convivem umas com as outras através das celebrações religiosas, das festas e outras. Pois, a chegada da mineradora altera toda a dinâmica da comunidade, acaba tranquilidade instala a insegurança, pois são frequentes o trânsito de pessoas estranhas, caminhões máquinas a todo tempo. Pode-se dizer que trará empregos, vai melhorar economia do município, mas são empregos temporários, a maioria são para profissões que não condiz com a realidade das pessoas das nossas comunidades. Vai sobrecarregar o sistema de saúde devido ao grande número de pessoas que passarão a frequentar o município. O município minerador passa a ser dependente da mineração, coloca em cheque suas soberania, e isso as nossas comunidades não querem que aconteça. Espero que os anseios das Comunidades sejam atendidos e seus direitos respeitados encerro a minha fala. Agradeço pela oportunidade.

Rodrigo Ribas (Superintendente de projetos prioritários da sexretaria de estado de meio ambiente): Queria agradecer a manifestação da Associação Amigos de Piracambi na pessoa de seu Robbin Lebreton, seu Lucas, e eu desculpa eu realmente não registrei o nome da senhora. Gilcilene, né isso? Perdão. Bom, vocês não usaram o tempo todo, isso não tem nenhum problema em relação a isso, já que abrir mão do restante, nós vamos então dar término desta segunda parte das explanações que foram feitas tanto pela empresa e seus Consultores quanto pelo solicitantes, e passarr então a chamada das pessoas que se inscreveram. Eu vi aqui 91 inscritos, mas como a gente havia dito no princípio, os 36 primeiros inscritos é que vão ser chamados a manifestação. Os demais terão suas respostas, suas perguntas se feitas por escrito terão suas perguntas apreciadas no

bojo do processo de regularização. Só queria registrar também que não foi dito que a audiência pública é o princípio de um processo de licenciamento. Principio do Processo de licenciamento é a publicação da sua solicitação foi feita em dezembro 2019. A audiência é o princípio da participação social dentro da processo de regularização, é a abertura para que as pessoas conheçam o processo. Então é levar a sociedade o conhecimento desse processo, e que parece que funcionou, a Associação Amigos de Piracambi, pode falar muito bem a respeito do eia e do rima que foi apresentado. Tiveram acesso tiveram conhecimento. Nós vamos considerar as manifestações que foram feitas, as nossas análises em relação a tudo que foi dito aqui tá certo? Bom, então dando abertura, a terceira parte a parte dos debates, né? Vou Chamar as três primeiras pessoas as pessoas devem estar na sala, né da plataforma disponíveis, se não tiver a gente dentro dessa ordem tenta chamar de novo. A técnica vai tentar em contato com a pessoa que porventura tiver caído link ou alguma coisa assim, para que possa fazer a sua manifestação oportunamente no futuro tá? Dentro dos 36 primeiros. Se por acaso alguém não puder a gente vai chamando os próximos da lista. Então os três primeiros eu vou chamar pela ordem que tem três minutos para falar é primeiro senhora. Rosimeri lebreton seu Jean Carlos Martins e seu Sebastião Venâncio. Senhora Rosemary, a senhora tá, a Rosemary não está na sala, mas a primeira pessoa escrita já não tá na sala. Então o senhos Jean Carlos tá na sala. O seu Jeano Carlos também não está na sala, na ordem o seu Sebastião Venâncio? Essas pessoas não estão lá no ponto? No ponto físico não? No ponto presencial? Então, O Jean tá no ponto presencial, ele pode falar então a partir do ponto presencial não? Bom gente, é sempre assim, né? A gente faz os testes, mas tem sempre uma hora da surpresa que não depende exatamente da equipe técnica que se preparou, né? Depende da pessoa ter entrado no link, no mesmo link que em que se inscreveu ter entrado se preparado para manifestação. Eu vou pedir a técnica então para me dizer, seu Ivo Ribeiro tá na sala? Senhor Wesley da Silva? Wesley da Silva tá na sala? Seu Jean bom, então, nós conseguimos o primeiro aqui eu vou passar o seu Jean, três minutos para que o Senhor Jean possa fazer apresentação. Senhor Jean fique à vontade ao final de 3 minutos, técnica vai cortar o microfone.

Sr. Jean Carlo (Manifestante): Boa noite a todos e todas e eu queria começar a fazendo uma pergunta: é possível ser anti-ético é imoral, não? Mas meu tempo já tá correndo.

Rodrigo Ribas (Superintendente de projetos prioritários da sexretaria de estado de meio ambiente): Não, o senhor pode falar, nós estamos normal o senhor.

Sr Jean Carlo (Manifestante): Boa noite a todas e todos eu sou Jean Carlos, eu sou membro do movimento pela soberania popular na mineração Human, sou técnico em meio ambiente gestor ambiental e engenheiro florestal formado pela Universidade Federal de Viçosa, e eu começo perguntando se é possível ser anti-ético e imoral mesmo cumprindo protocolos? Por que a nosso ver a tentativa dessa audiência pública é uma prova de que sim, é possível nós temos Milhares e milhares de pessoas que vão ter sua vida atingida Radical e estruturalmente por esse projeto de mineração e que não tem as condições o conhecimento e não foram dadas a possibilidades que essas pessoas ouvisse essa audiência e participasse por causa de um processo da nossa sociedade de analfabetismo digital, de falta de acesso à internet, e tudo isso precisa ser levado em consideração pela Supre. Nós temos aqui ó 50 pelo menos 50 declarações que mostram que essas pessoas não estão sendo ouvidas, essas pessoas manifestaram que querem ter acesso a audiência pública, mas não tem as condições e os conhecimentos necessários para acessar da forma que tá sendo realizada. Darci, José Lúcio, Manoela Maria das Graças, Ildete, Gilson, Paulo, Valdeir, Valdiney Edi, José Geraldo. Todas Pessoas e muitas outras estão em casa agora, vão ter suas vidas alteradas e não estão tendo acesso por causa do formato que está sendo realizado. Nós ouvimos uma propaganda muito muito bonita aqui nessa audiência, mas a gente pergunta quanto espaço cabe entre a teoria e a prática? Fica Essa pergunta. A CBA Disse que sua mineração é sustentável, mas quando a gente anda pelas comunidades rurais, não é isso que a gente vê. O que a gente enxerga nas comunidades rurais, é isso aqui, são áreas que supostamente foram recuperadas e estão totalmente sem condições

de trânsito das pessoas impedindo o trânsito das pessoas das Comunidades afetando os corpos hídricos. Isso aqui é uma área que supostamente foi recuperada pela CBA.

Rodrigo Ribas (Superintendente de projetos prioritários da sexretaria de estado de meio ambiente): Muito obrigado senhor Jean. Você já falou muito livremente, né ? A respeito do que ele encontra coomo uma impossibilidade, só lembrando que nós tínhamos a pouco tempo atrás 91 inscritos e alguma coisa perto de 290 pessoas 279 pessoas não, pontos de acesso. Além disso essa audiência tá sendo transmitida pela rádio FM Regional, né? Então mesmo se as pessoas não tenho acesso à internet. Ela tem acesso o radinho, né? E como nós também dizemos mais cedo todas as manifestações podem ser encaminhadas para supre por meio de correio, correio comum. Carta, carta escrita né? E nos próximos 5 dias úteis. É , eu fui informado que seu Sebastião já está na sala. Que o senhos Wesley está na sala para poder fazer a manifestação dele, então queria passar a palavra para o senhor Wesley. Sr Wesley, o senhor tem 3 minutos para poder fazer a manifestação.

Wesley da Silva Fonseca (Manifestante): Olá boa noite, meu nome é Wesley da Silva Fonseca, sou engenheiro florestal e mestre em ciência Florestal pela Universidade Federal de Viçosa. Eu sou natural de Muriaé, e eu participo de pesquisar na CBA desde 2017 ao longo da minha graduação e também no meu mestrado, através do projeto de restauração do laboratório de restauração florestal, Olaf, em parceria com a CBA. E nessas pesquisas trabalhamos com bio indicadores para avaliação e monitoramento da Restauração Florestal de áreas mineradas e de áreas de compensação e mineração de bauxita. Esses bio indicadores, eles são muito importantes porque eles permitem uma melhor compreensão dos processos ecológicos e também além de gerar informações quantitativas e qualitativas que permite uma comparação com ecosistemas de referências por exemplo. Nós fazemos avaliações do crescimento de mudas plantadas analíses da fertilidade do solo, teores de Matéria orgânica, comparação de técnicas de restauração como o transposição do Solo Rico. Bancos de sementes, puleiros artificiais, semeadura Direta de espécies arbóreas de Semeadores de adubos verdes e também realizamos avaliações de Parametros de diversidade de espécies monitoramento da fauna entre outros indicadores. E dentre os principais resultados das nossas pesquisas observamos o aumento da cobertura Florestal regional em comparação a antes do início da atividade de mineração, recuperação da diversidade de espécies nativas da Mata Atlântica nas áreas restauradas, o retorno da fauna nas áreas em processo de restauração, além da utilização de tecnologias inovadoras no contexto da restauração florestal, como uso de câmeras digitais para o monitoramento da fauna, e esses trabalhos e pesquisas realizados pelo CBA, eles já foram apresentados em vários congressos e simpósios e estão publicados em formatos de artigos capítulos de livros nacionais e internacionais, e esses resultados são possíveis graças à implantação de técnicas de restauração Florestal adequadas, ações de preparo e Conservação do solo e a preservação de fragmentos florestais realizados pela CBA. Desse modo, as pesquisas do atlas comprovam o comprometimento da CBA em prol da sustentabilidade na mineração de bauxita na região. Eu gostaria de agradecer pela oportunidade de compartilhar um pouco da minha experiência com vocês. Muito obrigado.

Rodrigo Ribas (Superintendente de projetos prioritários da sexretaria de estado de meio ambiente): Muito, obrigado Wesley, é, agora terceira manifestação do seu Gustavo Soares Ióreo. Seu Gustavo, 3 minutos para o senhor.

Gustavo Soares (Manifestante): Tá ótimo, muito obrigado. Primeiro, boa noite a todos e todas e obrigado pela oportunidade. Muitas Fases me contemplaram bastante aqui no começo, eu me apresento, sou Gustavo Ióreo, professor da Universidade Federal de Viçosa. A minha pergunta, é em direção a política de desenvolvimento, eu gostaria que a empresa discriminasse um pouco mais, porque a base sobretudo pra população rural, essa que a Gilcilene salientou, que é a base do município, dos Municípios atingidos, eu pegando os dados aqui de Itamarati de Minas, que é a experiência já encerrada da CBA , mais ao sul da Zona da Mata, sobre o discurso dos empregos. Eu

queria fazer uma comparação aqui, em 1991 antes portanto da CBA chegar, eram 1981 pessoas em Itamarati de Minas com idade para trabalhar e sem emprego. Em 2010, esse número era 2229. Portanto aumentou o número de desempregados, no período relativo a empresa lá. Então queria saber como é que eles entendem isso? Perdão, é que eu tenho é muito curto e sobre o impacto direto nas zonas rurais, o que a gente percebe pelos dados colhidos do senso agropecuário de 96, 2006 e 2017 é que houve uma diminuição de 7,8% entre 91, perdão, em 2017, de proprietários de terra enquanto que arrendatários aumentou 790%. Então nesse intervalo a gente pode dizer que diminuiu o número proprietário de terra e aumentou o número de arrendatários. Sobre o número de estabelecimentos, menos menos de 1 hectare, menos de dois hectares diminuiu em 100% no mesmo intervalo. Enquanto que mais de 10 hectares, 10 a 20 hectares aumentou em 71%. A gente vê então um aumento da concentração de terras, os pequenos proprietários não conseguiram se manter no caso concreto de Itamarati de Minas. Enfim, eu também gostaria de perguntar sobre a relação entre a empresa empreendedora Companhia brasileira de alumínio e a empresa Abrandt, porque ele parece que mais uma peça de propaganda, eu desconfio muito nesses discurso. Eu queria saber como é que se dão essa relação? As pessoas que vão a campo, os responsáveis pelo relatório, Qual a relação dele com a empresa? Há contato direto? A empresa vê as análises antes dela serem publicadas? A experiência que eu tenho nos trabalhos de Eia rima, isso já acontece corriqueiramente, e outra coisa, são 111 processos minerários na zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, a maior parte deles da companhia brasileira de alumínio. Qual é a proposta Companhia brasileira de alumínio para zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do brigadeiro? Como é que ela pretende lidar com essas áreas sendo que o plano de manejo do Parque não não permite.

Rodrigo Ribas (Superintendente de projetos prioritários da sexretaria de estado de meio ambiente): Muito obrigado seu Gustavo, é bom, feitas as três primeiras manifestações eu vou transmitir agora a palavra para empresa e para os seus Consultores técnicos que terão 6 minutos para falar. Tá certo? É, então com a palavra vocês seis minutos.

Christian Fonseca de Andrade (CBA – Gerente Unidade) - Bom, falando um pouquinho da política de desenvolvimento né ? Conforme a gente já disse, é nosso projeto é no sentido da manutenção das atividades minerais na região né ? a manutenção dos empregos a manutenção da geração de impostos e a manutenção também da nossa interação com os proprietários rurais né? É tão importante para o nosso processo de mineração os quais valorizamos muito na forma de estabelecer um contrato de Servidão minerária que possibilita o desenvolvimento da Lavra e posterior reabilitação ambiental. Esse contrato ele segue todos os regramentos minerários e ambientais, a gente traz a conhecimento das responsabilidades ambientais de ambas as partes, e o nosso processo de reabilitação garante a retomada da atividade rural na propriedade após a sua conclusão. Então, nós encaramos também o desenvolvimento econômico através dos nossos projetos sociais em conjunto com o Instituto Votorantim, braço social da VSA. São projetos que trabalham com geração de renda, que trabalham com melhorias na educação pública através do parceria Votorantim pela educação, que já atuou município de Miraí, vem atuando fortemente nos município de São Sebastião da Vargem Alegre e Muriaé. Com relação a A nossa relação com a Brandt, eu vou deixar passar a palavra pra que eles respondam.

Alceu Raposo Junior (Brandt – Analista master) - Primeiramente a gente tem uma responsabilidade do ponto de vista legal, né? Os técnicos tem uma responsabilidade que assinam perante os seus conselhos de classe junto ao CREA junto ao CRBio e os demais conselhos mais que isso que a gente tem a política nacional de Meio Ambiente, a gente tem a legislação dos crimes ambientais então qualquer omissão diante dos estudos aqui apresentados que configuram algum crime ambiental, está no Código Ambiental brasileiro e esses profissionais a empresa pode ser responsabilizada. Então nesse sentido a que a Brandt se preocupa com essas questões do ponto de

vista da ética e também do ponto de vista é legal. Então é a relação é simplesmente de desenvolver os estudos técnicos e total e da unidade nesse sentido.

Rodrigo Ribas (Superintendente de projetos prioritários da secretaria de estado de meio ambiente): Muito obrigado ao senhores. Nós, parece que nós estamos com problema em relação à participação das pessoas que estão no ponto de apoio ou que estão em casa que se inscreveram. Pessoas que estão no ponto de apoio que quando se inscreveram né? Elas, elas e falaram que queriam participar ao vivo, elas precisam se organizar de acordo com a ordem de inscrição e entrar numa salinha de apoio que tem lá que fica isolada, né? Nós estamos numa época de pandemia. Então as pessoas não tem que entrar numa salinha de onde é feita a transmissão. Então queria ver se o pessoal da técnica que está no ponto de apoio, pode por favor organizar a participação pela ordem da senhora Adriana Aparecida de Moraes, senhor Lucas Magno, senhor Reinaldo Barberini, senhor Edson Ferreira Bastos, senhor Anderson Oliveira da Silva, e senhor Alexandre Gonçalves. Esses são os próximos seis participantes. Então é Preciso que essas pessoas nessa ordem dita, Adriana, Lucas, Reinaldo, Edson, Anderson e Alexandre vão até, Vão pela ordem até a sala, para poder fazer sua manifestação, caso contrário se a gente não conseguir até o final da listagem que as pessoas se manifestem, nós ficaremos certamente prejudicados com a nossa audiencia, é, porque as pessoas não têm a possibilidade de perguntar e ter suas respostas apresentadas, né? A Audiência vai se dar por completa sem o necessário debate, né? Acho que essa pior das situações é que a sociedade que a comunidade inscrita, interessada em falar, Interessado em fazer suas apresentações, não faça. É, então assim a pior situação é a gente fazer uma chamada nominal dos inscritos e os inscritos não estarem presentes pra poder fazer sua apresentação. Queria perguntar a técnica. Tem alguém na sala que pode já fazer sua manifestação? Anderson, Adriana. Isso. A Adriana Aparecida está na sala é isso? Então eu eu vou passar passar a palavra para a senhora Adriana Aparecida para que ela faça uso por 3 minutos. Senhora a gente fica à vontade.
É, a senhora está isolada, a senhora pode tirar a máscara não tem problema nenhum. Eu gostaria por favor, contabilizasse novamente o tempo dela de três minutos né?

Adriana (Manifestante): 7 de outubro de 2021 está sendo uma noite triste, lamentável onde Acontece uma audiência com nome de pública, que de pública não tem nada, pois não está permitindo a participação dos mais afetados. Quadra de Pirapanema, com limite de pessoa onde Muriaé na Onda Verde permitindo que podia ser uma audiencia, é presencial com até 250 pessoas.

[02:24:21 até 02:24:51] – Pausa

Adriana (Manifestante): Online a população rural não tem acesso à internet ou pelo menos não consegue acessar as plataformas. Participar não é somente ouvir rádio brincadeira, né? Nós das organizações, estamos há mais de um ano sem reunir o povo, presencial, online é inviável. Trago comigo a voz daqueles que gostariam de participar, opinar, perguntar e não puderam. Trago comigo a voz de muitas famílias da Agricultura Familiar que na lida do dia a dia colocam comida na mesa da população. Onde está o ação está sendo ameaçada com o avanço da mineradora. O projeto apresentado sustentável, traz o discurso de desenvolvimento, daí eu questiono a empresa os órgãos ambientais e os gestores públicos dos Municípios envolvidos. Não dá para falar em fortalecimento da agrícologia sem água, ou falar de turismo de base sem respeitar a vontade das comunidades. Não dá para falar em fomento agricultura familiar, as família agrícologicas, sem terra. Se nossa população no campo terá que sair das suas raízes do cultivo do seu sustento. A escolha é ou vida, Flora fauna e agricultura familiar, Ou mineração.Solicitamos que mais uma audiência pública seja realizada com participação de fato.

Rodrigo Ribas (Superintendente de projetos prioritários da sexretaria de estado de meio ambiente): Muito obrigado senhora, Adriana pela participação da senhora, nós temos aqui uma listagem. nós temos aqui uma listagem, que me parece que o senhor Alexandre está na sala não é

isso então, o senhor Alexandre é o 12º escrito na verdade né ele não seria o próximo, mas como ele já tá na sala lá a partir do ponto de apoio, eu vou passar a palavra o senhor Alexandre, depois eu vou fazer a leitura da pergunta que foi enviada por escrito do Senhor Anderson Oliveira da Silva Tá certo? Então nós teremos, teve a senhora Adriana, agora o senhor Alexandre e depois o Anderson. O Anderson eu vou fazer a leitura. Senhor Alexandre, senhor tem 3 minutos para manifestação.

Alexandre Gonçalves (Manifestante): Boa noite, estão me ouvindo? É, meu nome é Alexandre Gonçalves, sou da comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, comprimento de todas as pessoas que estão participando hoje dessa audiência pública, e queria trazer aqui a nosso posicionamento. Primeiro esse modelo de audiência pública na nossa opinião não é adequado para que aconteça participação da comunidade atingida, e nem as organizações da sociedade civil da região. Muitas comunidades, nem acesso tiveram ao eia rima, portanto não tiverem oportunidade de acessar essas informações para poder aqui fazer o debate. Segundo ponto mesmo com essa audiência pública que na nossa opinião inadequada, mesmo que ela tenha sido o resultado de uma reivindicação da comunidades. Avaliamos que são necessárias outras formas de participação. Então registramos aqui a solicitação de outras audiências públicas e ainda inclusive que tenha uma consulta prévia, as comunidades atingidas. Porque defendemos isso? A gente acompanha os processos de licenciamento ambiental há muitos anos aqui em Minas Gerais e sabemos que daqui uns dias a Supre vai elaborar um parecer em defesa da CBA, né? Com geralmente ela faz isso nem defesa é de todos os projetos apresentados. Sabemos que ao enviar a Supre, ao enviar esse parecer, esse processo de licenciamento para câmera minerária do Copan e que dos Doze Conselheiros do copam, 10 sempre votam em defesa da empresa, ou seja, não podemos mais aceitar ou seja, esse é um rito é um rito para legitimar esse processo que certamente, que se ele correr dessa forma, ele vai ser aprovado, então não existe nenhum processo não existe democracia nesse processo de licenciamento ambiental que a gente já sabe qual o resultado. Terceiro ponto, é que a região, o projeto da região é a produção de alimentos saudáveis as experiências da região são exemplos para Minas Gerais e para o Brasil, importancia também tanto na produção de alimentos de geração de trabalho e renda como para inspirar outras experiências, portanto a mineração que causa Morte, que causa destruição que causa destruição da natureza e da água. Sustentabilidade, sustentabilidade é agroecologia e não a mineração né? E aqui a gente se sente até, o Ribas falando que participação é ter acesso a um radinho, é isso é uma vergonha para um agente público, dizer que participação é ter acesso a um radinho. Então para fechar a nossa fala, mineração aqui não.

Rodrigo Ribas (Superintendente de projetos prioritários da sexretaria de estado de meio ambiente): Muito obrigado senhor Alexandre pela sua manifestação. Eu vou fazer a leitura aqui agora, da pergunta do Senhor Anderson Oliveira da Silva, que se inscreveu em 11º lugar aqui. Pergunta dele a seguinte: Após essa audiência, o que virá em seguida? A licença ambiental já foi concedida? Bom, feitas as três manifestações, eu passo então a empresa para que façam uso da palavra por 6 minutos empresa e consultoria por seis minutos para poder fazer suas manifestações.

Bruno Malta (Empresa): Boa noite a todos, senhor Presidente. Boa noite senhores presentes e ouvintes, Meu nome é Bruno Malta falo pela empresa, alguns questionamentos foram feitos aqui, tem sito feitos a respeito, a da ampla participação do formato dessa audiencia, é bom esclarecer que a CBA ela segue justamente o rito estabelecido, como foi inclusive detalhado logo no inicio dessa abertura de audiência, portanto as regras da ADN 225 do Conselho Estadual de política ambiental, tem sido seguidas e o formato inclusive aquele formato que foi determinado pela resolução semad 3018 que possibilita em razão do contexto de pandemia que nós todos ainda vivemos essa essa modalidade virtual com a participação ampla e restrita daqueles que têm acesso à audiencia, que estão no ponto de transmissão e também como foi bem salientado podem participar através da transmissão via rádio. Então nesse sentido a gente tem muita tranquilidade e muita segurança para afirmar que todas as formas de participação estão sendo disponibilizadas, é bom ressaltar também que a empresa atendendo ao plano de comunicação, disponibilizou transporte para que ele se

tivessem interesse em participar no ponto em Pirapanema, de forma que esses apontamentos me parecem respondidos. Há uma pergunta que foi feita a respeito das próximas etapas, né? O que vem na sequência, se já tem licença ambiental, e também como foi explanado aqui, esse é o primeiro passo do processo de licenciamento ambiental que é um processo complexo, mas é o primeiro passo importante porque justamente essa participação pública no processo de licenciamento a partir daqui então o processo passa a ser analisado pelo órgão ambiental e posteriormente ele será deliberado por um conselho que é o Conselho Estadual de política ambiental através da sua câmara de mineração. Então esse é um processo complexo que vair ser desenvolvido ao longo do tempo com diversas etapas com, possibilidade de novos esclarecimentos, inclusive com possibilidade de que aquelas perguntas aqueles Questionamentos que foram feitos, aquelas pessoas que se inscreveram mas não estão no limite de 36, previsto no regramento dentro de 225, elas poderão ter suas respostas devidamente atendidas, por que há essa previsão também pela deliberação normativa 225. Portanto é só reforçando então não há licença ambiental ainda, Nós estamos no início de um procedimento que vai ser debatido instruído analisado até que haja deliberação sobre o pedido de licenciamento ambiental. É, eu gostaria também de complementar minha fala aqui para que a gente não perca nenhum nenhum dos questionamentos que foram apresentados fazendo uma referência a fala da associação Aracambi, na pessoa do Robbin Lambretoni, no início, quanto a interferência na apa, é bom que se fique claro né? Desde logo que a apa, é uma unidade de conservação de Uso Sustentável que tem por objetivo principal a compatibilização dos recursos naturais com desenvolvimento, Diferentemente uma unidade de conservação de Proteção Integral que não admite isso né ? Que é uma área de preservação onde o objetivo principal é a preservação e a compatibilização uso indireto dos recursos naturais, então há uma diferença sensível e há também regramento bastante específicos para que as atividades sejam desenvolvidas quando a interferência com unidades de conservação. Então nesse sentido há uma lei federal, a lei 9985 que inclusive é a que estabelece essas unidades de conservação e as suas modalidades, mas há também uma resolução do CONAMA que é a 428 de 2010 e o estado de Minas Gerais também tem um decreto específico que o Decreto Estadual 47941 que estabelece justamente os procedimentos de autorização e ciência naqueles Empreendimentos de impacto ambiental que porventura interfiram em unidade de conservação. Então todos esses procedimentos vão ser devidamente observados nesse processo de licenciamento ambiental obviamente que quando houver interferência com unidades de conservação. Aliás, Muito tem se falado aqui sobre o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro. É bom que se diga de plano que não há sequer interferência na zona de amortecimento desse Parque Estadual da Serra do brigadeiro, como está colocado inclusive no estudo de impacto ambiental, inclusive o rima e o Eia foram disponibilizados em diversos pontos de acesso de um justamente de forma a possibilitar que todos aqueles que tivessem interesse em conhecer-los previamente pudessem faze-lo. Então eu acredito que dessa forma a todos os questionamentos que foram feitos nesse bloco assim como aqueles que foram lançados na fala inicial da da associação que pede que pediu a realização da audiência por são atendidos.

Erli (Professor da Universidde Federal de Viçõsa, coordenador do laboratório de hidrologia Florestal): Boa noite a todos, falar aqui rapidamente, um termo que foi utilizado em um dos questionamentos. Eu Sou professor Eli da Universidade Federal de Viçosa e coordenador do laboratório de hidrologia Florestal. Rapidamente um termo que foi utilizado em um dos questionamentos em que a água está morta né?

Rodrigo Ribas (Superintendente de projetos prioritários da sexretaria de estado de meio ambiente): Muito obrigado Professor, seu tempo acabou, eventualmente o senhor pode usar o tempo adiante. Bom, eu fui informado aqui pelo que a senhora Rosemeire lebreton está na sala que ela pode pode fazer manifestação dela agora ela foi a primeira inscrita, mas agora que ela chegou a sala, por favor senhora Rosimeire, 3 minutos.
Senhora Rosimary, a senhora está sem som, senhora precisa ver se a senhora consegue ligar aí o áudio da senhora, por favor. Peço a técnica que pare tempo para ver se ela consegue acertar. Volta o

tempo dela 3 minutos. Senhora Rosemary nós vamos fazer o seguinte, nós vamos passar adiante para o seu Reinaldo que tá lá no ponto de apoio e voltamos a senhora assim que esse problema técnico tiver resolvido. Tá certo? Então vamos ao ponto de apoio, senhor Reinaldo Barberini, por favor, o senhor tem 3 minutos.
Tem que ligar o micrfone senhor Reinaldo, ele está desligado. Volta o tempo, por favor. Pode falar seu Reinaldo.

Reinaldo Barberini (Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais - Manifestante) : Boa noite a todos e todas, que bom. Eu sou Reinaldo Barberini, sou da comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, faço parte também aqui da Comissão Regional de Enfrentamento a Mineração e também faço parte da rede de Igreja e Mineração do Estado de Minas. Que bom a audiência, que bom a chuva que cai aqui na no distrito de Pirapanema. Tomara a Deus que a nossa luta e resistência, faça com que a bauxita continue na terra, filtrando a água, dando condição de ter água aqui agora para nós para futuras gerações. Quero trazer aqui um, dois pensamentos da questão popular, primeiro um que diz o seguinte: Quem fica longe do povo fica contra o povo. Isso serve bem para nós hoje aqui. O outro é o seguinte: Contra os fatos não há argumentos. Quero trazer aqui uma afirmativa, duas contradições e uma pergunta, a primeira é o seguinte, a afirmativa é que a audiência é boa, pena que ela tem um ponto só de transmissão e pena que pena que várias pessoas comunidade e população, pessoas não podem estar aqui, haja vista mesmo a gente na sala aqui está tendo dificuldade, né? Queria trazer aqui também um ponto de fala quando iniciou audiência, trazendo o papel da audiência que foi falado no início, informação a comunidade, nesse formato com apenas um ponto de participação e remoto não contempla o propósito da audiência, conforme deve ser, já foi falado, mas é bom repetir, são quatro municípios, né? São mais de 15 comunidades ameaçadas, são agricultores, camponeses e comunidades que não conseguem ter voz e vez para trazer perguntas, reclamações de situação inclusives já acontecidas, como é o caso aqui em São Sebastião, onde drenaram Minas, onde o espaço, onde Cris passa os caminhões e prejudica a comunidade. A outra questão é uma pergunta. Como, como que a empresa teoria e prática não funciona? A outra coisa é o seguinte, vocês que organizada essa, organizou essa audiência, não acha contraditório nessa formalidade sem ter condição de fazer, ter participação mais contraditório papel da audiência a finalidade com toda a dificuldade que tem de participação? É uma pergunta que eu faço. É fato que não há participação aqui das comunidades ameaçadas, não porque não queiram. Essa situação deve ser avaliada com cuidado.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) -Muito obrigado pela sua participação seu Reinaldo. A senhora Rosemary está de novo na sala e parece que agora o áudio dela está funcionando, senhora Rosemary vamos tentar mais uma vez, 3 minutos para a senhora, por favor. Senhora Rosemary, nós continuamos com problema de áudio da senhora, tá sem áudio ainda. A senhora precisa habilitar o áudio aí para nós.

Rosemary (ONG Amigos de Iracambi) -Agora tá ouvindo?

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Agora sim, por favor, vamos voltar o tempo dela três minutos.

Rosemary (ONG Amigos de Iracambi) – Ok, muito obrigada pela gentileza. Meu nome é Rosemary, conhecida por Bianca. Sou da ONG Amigos de Iracambi, onde eu cuido das relações internacionais. Eu moro na zona rural da Rosário da Limeira e como vocês têm experimentado hoje, estamos na plena época de chuvas, está trovejando, a luz está caindo, a internet está caindo e a zona rural é exatamente a área mais afetada pela mineração. A zona rural, área onde o acesso à internet é mais precário. Então queria externar a minha preocupação sobre essa audiência, sendo que a população da zona rural, não tem acesso fácil a internet, como já foi comentado. Então eu acho que antidemocrático ter uma audiência onde as pessoas mais impactadas pela mineração têm

uma dificuldade enorme em participar. Muito obrigada.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado senhora Rosemary. Nós temos aqui o senhor Edson Ferreira Bastos também na sala, lá no ponto de apoio, perfeito aí gente? Então passar a palavra para o senhor Edson. Por favor, senhor Edson, senhor tem três minutos.

Edson Ferreira Bastos (Representante do mandato do Deputado Federal Rogério Correia e Beatriz Cerqueira)- Boa noite a todos. Meu nome é Edson, acompanho a luta pela vida aqui na região de, sou de Miradouro. Acompanho a luta pela vida aqui na região contra mineração. Represento o mandato do Deputado Federal Rogério Correia, que foi relator da CPI de Mariana e da CPI de Brumadinho, inclusive foi presidente coordenador da comissão especial da câmara federal que acompanhou o acordo entre a Vale e o Governo do Estado. Represento também o mandato da Deputada Estadual Beatriz Cerqueira. Inclusive tem um projeto de lei da autoria da Beatriz tramitando na Assembleia de Minas que torna a Serra do Brigadeiro patrimônio ambiental estadual e também compôs a CPI de Brumadinho. E quero citar aqui alguns trechos de uma carta encaminhada pela deputada Beatriz a Secretaria de Estado de Meio Ambiente de Minas Gerais. A Deliberação Normativa COPAM nº 225, que dispõe sobre a convocação e realização de audiências públicas no âmbito dos processos de licenciamento ambiental Estadual, prevê o seu artigo primeiro que deve ser oferecidos possibilidades concretas de participação na construção das decisões e administrativas correspondentes. Da mesma forma a resolução SEMAD nº 3018 de 9 de novembro de 2020, que autoriza a realização das audiências públicas por meio remoto no âmbito dos processos de licenciamento ambiental, determina determina que de modo a garantir a efetiva participação dos interessados a realização da audiência pública remota, deverá observar a viabilização do acesso virtual dos diretamente afetadas pelo empreendimento, inclusive com oferta do ponto de acessos a critério da unidade responsável pela análise de processos do licenciamento ambiental. O edital da convocação de audiência pública remota, além de observar o disposto no parágrafo do artigo 6º da Deliberação Normativa da COPAM nº 225/2018, deverá informar o link de acesso remoto para audiência pública. Em análise preliminar, não foi encontrada edital de convocação para a referida audiência pública, bem como não tinha no site o link para acesso direto ao evento, apenas vídeo institucional informando que o acesso seria permitido através de plataforma própria da CBA e que estaria disponível apenas minutos antes da realização da audiência. Da mesma forma, não foi ofertado pela CBA pontos de acesso virtual as comunidades que conforme relatado, não detem condições para tanto. Logo de plano resta evidenciado o descumprimento dos requisitos indispensáveis determinados pela resolução SEMAD nº 3018 de 9 de novembro de 2020, por todo exposto reintera a necessidade de atendimento da solicitação das comunidades, quer seja pela necessidade de garantia de amplo acesso a todos os atingidos, quer seja pelo descumprimento dos dispositivos da resolução, visto que, até presencialmente aqui estamos tendo dificuldade para participar, imagina remoto com a não inclusão social e digital da sociedade. Obrigado, finalizo aqui.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado, muito obrigado pela participação, feito as três manifestações, eu vou passar novamente a empresa e a sua consultoria para as manifestações. Antes de mais nada, antes de passar só queria explicar os senhores que nós recebemos essa carta da Deputada Beatriz Cerqueira e fizemos a resposta, pensamos na resposta hoje pela manhã, né ? Para o gabinete da deputada, explicando os motivos pelos quais a gente não poderia acatar a solicitação dela, o fato da análise preliminar não encontrar alguma coisa, não quer dizer que essa coisa não exista, na verdade como a gente já informou, foi dada ampla publicidade, foi feita a publicação no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e portanto ninguém pode desconhecer essa publicação como válida. Nesta publicação no Diário Oficial de Minas Gerais, já tinha um link disponível, então não há que se falar em alguma irregularidade ou ilegalidade na realização da audiência pública. Essas questões foram

todas respondidas a Deputada Beatriz Cerqueira e é claro a SUPRI e a SEMAD estão sempre abertos ao debate, a conversa, a forma de melhorar os nossos atos junto da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Passar agora então a palavra empresa.

Christian Fonseca de Andrade (CBA – Gerente Unidade) Diante dos esclarecimentos do Rodrigo Ribas e também do Bruno, a gente volta algumas questões passadas para fazer algumas complementações passo a palavra para o professor Eli da UFV.

Erli (Professor da Universidades Fderal de Viçosa)- Boa noite a todos. Agora sim, a gente pode falar um pouquinho mais, né? Sobre o assunto que foi tocado anteriormente, sobre a questão da morte da água. Esse termo me chamou atenção, porque a água ela, teoricamente, ela não tem vida, né? Ela não tem vida, mas no entanto, ela sustenta toda a vida, então hoje nós falamos do ser vivo que depende da água na forma líquida, depende muito da água na forma gasosa, né? E como pesquisador da área de hidrologia florestal e coordenador do laboratório de hidrologia Florestal da UFV, nós temos uma preocupação muito grande, né na presença da água, até onde ela chega, com qual qualidade ela chega, ela está dando, ela está sustentando a vida. Aí então nos nossos projetos de pesquisa, em todos os projetos de pesquisa que a gente atua né, que o laboratório atua, nós sempre nos preocupamos com essa questão da água estar dando condições de vida. E aí me chamou atenção esse termo que foi utilizado né, sobre a morte da água. Isso não tem sido encontrado nos nossos projetos né, na CBA particularmente na área de mineração eu vou tecer mais detalhes sobre as pesquisas um pouco mais adiante, mas até o momento eu posso garantir que não, não temos encontrado a morte da água. Até porque ela não tem vida e ela continua sustentando a vida. é isso que rapidamente gostaria de manifestar.

Christian Fonseca de Andrade (CBA – Gerente Unidade) - Complementando o ponto em relação aos produtores rurais, né? A gente dá uma atenção muito grande, né? Nossa operação é desenvolvida dentro das propriedades rurais. A atividade de lavra, ela é conciliada com a produção rural, antes da gente adentrar uma área, antes da gente iniciar uma mineração, tem todo um trabalho prévio muito grande, os estudos ambientais são aprofundados nas áreas, a gente promove um levantamento profundo da propriedade rural, um georreferenciamento da propriedade rural, a gente levanta a produtividade da agrícola de propriedade por propriedade, mapeia toda atividade econômica daquela propriedade e após o processo de levantamento a gente inicia o trabalho de negociação para implantação do contrato de servidão minerária, feito sempre dentro dos parâmetros legais, observando o lucro cessante da propriedade que vai acontecer durante o processo de lavra e de reabilitação ambiental e compensando pagando pelos lucros, lucros da lavra como referência temos os 50% da contribuição financeira pela exploração mineral. Isso é feito sempre de forma amistosa, amigável e só assim então a gente inicia a implantação da nova mina, implantação essa que é feita também com muito cuidado estabelecendo a cerca de divisa para que o produtor rural possa dar continuidade na sua área e que a gente possa realizar as nossas operações dentro da área licenciada e promover o transporte do minério. Nós também estabelecemos um sistema de drenagem robusto durante as atividades de lavra após as atividades de lavra para as atividades de reabilitação ambiental e depois da área reabilitada, a gente tem uma densa cobertura vegetal que também promove a maior absorção da água pelas plantas e pela terra. Então é assim que nós conduzimos. Após a conclusão do processo de reabilitação, nós voltamos, continuamos as nossas tratativas para o encerramento do contrato de servidão minerária e assim segue a produção agrícola no campo, só que num patamar de produtividade mais elevado, pois nós trazemos todo conhecimento científico da Universidade Federal de Viçosa para dentro daquelas propriedades. Esse é um benefício imensurável que nós estamos promovendo na região, aumentando o conhecimento e isso flui entre os proprietários rurais, obrigado.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado então as manifestações. Nós temos aqui uma uma lista já de inscritos, senhor Claudeomir, não, minto, senhor Ivo, senhor Ivo que está na sala, chamar o senhor Ivo então, três minutos senhor Ivo.

Ivo Ribeiro (Professor especialista em solos da UFV) – Pois não, obrigado. Boa noite, meu nome é Ivo Ribeiro, eu sou profissão de professor especialista aí na área de solos que foi muito comentado aqui. Trabalho lá na Universidade Federal de Viçosa. Primeiro eu quero parabenizar os organizadores pela pelo evento, com todas as dificuldades de participação, e chuva, eu acho que é alguma coisa construtiva, entendeu? Vai dar para tirar muita coisa bacana daqui hoje. Quero agradecer meu patrocinador que é a UFV e Deus também por permitir que eu tenha essa oportunidade aqui hoje. Eu queria dar um depoimento aí e vai, mais ou menos, na linha de uma trabalho que eu, que eu desenvolvo nessas áreas de mineração, já tem 12 anos que eu trabalho nessa área, que é praticamente nada pensando em vida de solo, mas são 12 anos e a minha fala vai na linha do que eu achei interessante uma conversa que o professor Magno falou que é colega nosso né? E a doutora Jucilene. O doutor Magno, preocupado com a questão da quantidade e a qualidade da água regiões impactadas pela mineração e a doutora Jucilene bastante preocupado com várias coisas relacionadas mais ao aspecto social, mas também bastante preocupada com a agricultura familiar. O quê que o meu trabalho tem a ver com isso? Eu trabalho com solo, com qualidade de solo, eu estou preocupado, que solo é a base de tudo, é aonde que a água vai ser produzida, a gente acha que quem produz água é chuva, não, quem produz água é solo, então eu trabalho nas áreas de mineração com reabilitação, ou seja, as áreas que são áreas de café, lavoura de café, elas tem que voltar a ser áreas de café, as áreas de pastagem tem que voltar a ser boas áreas de pastagem,as de eucalipto, as de espécies florestais nativas como o senhor Venâncio, a gente trabalha junto lá. Então a gente desenvolve estudos para que essas áreas lá, sejam reabilitadas e voltam a ser produtivas na mão dos produtores rurais da mesma forma que eram antes, então primeira coisa que a gente faz, eu entro nessas áreas, eu tenho toda a liberdade de entrar nessas áreas, fazer análise de solo, fazer toda a qualidade da microbiota do solo, dos bichinhos, da fauna e ver como é que isso está antes da mineração e depois eu entro na área medindo tudo novamente, o qual foi o impacto que a mineração teve. Ninguém está defendendo a ideia aqui de que a mineração não têm impacto, o próprio relatório do consultor mostrou que existe alguns impactos e importante a gente saber esses impactos pra gente pode o quê? Remediar. Então é nessa área. Eu trabalho muito com adubação orgânica, aí Dr. Juscileno entendeu, eu trabalho com café orgânico, café sem defensivo nenhum.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente)- Muito obrigado professor, eu peço desculpas pelo pela interrupção, o tempo é cortado com três minutos. Nós, nós descobrimos não, nós fomos avisados que o senhor Sebastião. Senhor Claudiomir Vieira está linkado na sala, senhor Sebastião também parece que conseguiu linkar no próximo bloco. Então senhor Claudiomir Vieira o senhor tem três minutos.

Claudiomir Vieira (Empresário e ex-prefeito de São Sebastião da Vargem Alegre) - Boa noite a todos, é uma satisfação participar dessa audiência pública. Eu sou Claudiomir Vieira, conhecido Claudiomir da Mirainox, empresário na Zona da Mata de Minas Gerais e ex- prefeitos daqui da cidade de São Sebastião da Vargem Alegre. Ex-prefeito reeleito. Eu sou técnico em Agropecuária, sou técnico em contabilidade, técnico em reflorestamento e arborização, sou torneiro mecânico, sou graduado em Administração e pós- graduado em Gestão Pública. Eu sempre ajudo as pessoas como como palestrante, empreendedor, a ter dignidade, a melhorar a sua qualidade de vida sem depender de ninguém, com a sua capacidade, é lógico com as bençãos de Deus. Em primeiro momento eu quero falar como como ex prefeito, quando democraticamente passei a ouvir a população de São Sebastião de toda a região muito mais próximo e com toda certeza, todos todos na grande maioria democraticamente, são totalmente a favor da mineração, como traz muita melhoria na qualidade de vida de todos. Como empresário, pensando no desenvolvimento regional e lógico, eu também

apoio. Agora conhecendo as leis ambientais acompanhando o trabalho e a consciência dessa empresa, principalmente na recuperação do solo após a extração eu fico deslumbrado e garanto que fazem muito mais que a sua obrigação. Quando eu vejo os trabalhos sociais, o treinamento, a formação profissional, incentivando grandes investimentos no social é fácil de se comprovar esses trabalhos com a quantidade de jovens que já se formaram, que já tiveram conhecimento cursos técnicos com parcerias através da CBA. Aí sim, eu fico mais deslumbrado e garanto que toda nossa região a maioria esmagadora da Zona da Mata de Minas, defende a atividade de mineração nos municípios de São Sebastião, Mirai, Muriaé e Rosário da Limeira. A CBA está de parabéns, e é fácil comprovar os jovens que hoje já tem curso superior, que melhoram a qualidade de vida não só de vocês de todos os seus familiares, através dos trabalhos dessa empresa na região. Eu fico orgulhoso de ter a oportunidade, de poder participar de uma audiência pública, falando a realidade, divulgando a realidade, tanto quanto a maioria da nossa região teve essa oportunidade e poderia estar falando hoje.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado senhor Claudiomir. A terceira pessoa do bloco é a senhoraYasmin Amarante Gouveia, ela mandou a pergunta por escrito, ela disse o seguinte: Olá, meu nome é Yasmin Amarante Gouveia, sou biológa e moradora de Muriaé/Minas Gerais, ao meu ver essa audiência não dá voz aos mais afetados pelo projeto, por se tratar de uma audiência virtual exclui grande parte, senão a maior parte da população da área rural. Com isso nós fizemos aqui um bloco de três manifestações, vou passar a palavra então a empresa que faz as suas considerações.

Christian Fonseca de Andrade (CBA – Gerente Unidade) - Aproveito o tempo para trazer um pouquinho dos projetos sociais que se misturam com os ambientais realizados no município de São Sebastião da Vargem Alegre. Dentro da linha de geração de renda, nós desenvolvemos dois projetos que na nossa visão foram transformadores para o município. Que é o projeto de produção de banana e o projeto de produção de uva, dentro de várias propriedades rurais, a gente aportou tecnologia, aportou conhecimento técnico, aportou recurso para quê então esses produtores rurais pudessem trazer esta renda adicional para as suas famílias. É importante sentir quanto isso fez diferença na no município como um todo. Hoje, São Sebastião da Vargem Alegre está ganhando um destaque, está se tornando um município referência na fruticultura e com pequenas propriedades rurais. Aproveito também, para dizer que ao longo do nosso processo de mapeamento de cada uma dessas áreas, a gente detalha propriedade por propriedade, e são muitas, são pequenas propriedades rurais. O levantamento é feito em ordem de 40 propriedades rurais por direito minerário. Isso demonstra claramente, que nós estamos numa região de pequenos proprietários rurais e cada um desses proprietários rurais passam pelo processo de negociação e estabelecimento das áreas de lavra de forma transparente, com conhecimento, o entendimento e o consentimento de ambas as partes antes da gente poder iniciar o processo de lavra.

Alceu Raposo Junior (Brandt-Analista Master)- Aproveitar esse momento, que tá sobrando um tempo ali das respostas e trazer algumas questões que foram tratadas lá no primeiro bloco e que não foram respondidas aqui no âmbito da consultoria, em especial a questão das APAS, né? Então O EIA/RIMA trouxe sim os estudos das unidades de conservação, como próprio advogado da SUPRI trouxe, foi feito um levantamento amplo das unidades conservação no âmbito do EIA/RIMA e como já foi tratado a APA é uma unidade de conservação sustentável, para tanto não há esse empedimento do ponto de vista do uso da mineração. Então a gente também estudou profundamente as legislações de todas as APAS no entorno do empreendimento e a gente não, não identificou nenhum impedimento quanto a isso e como já foi relatado também, do ponto de vista do parque né, Serra do Brigadeiro, a gente não, o empreendimento não está inserido nem na zona de amortecimento do parque e nem muito menos nas proximidades do parque, então também não foi identificado no âmbito da avaliação de impacto ambiental, impacto sobre o parque nem na sua zona de amortecimento. E por fim, sobre as questões levantadas de abastecimento de água para as

comunidades de Muriaé, o EIA também não identificou o impacto sobre abastecimento de água sobre o município de Muriaé tá, então esse não foi identificado como impacto lá.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado pelas manifestações, eu queria só fazer uma correção, uma pequena errata. Doutor Bruno não pertence a SUPRA, ele não é advogado da SEMAD. Doutor Bruno representa o empreendedor, ele veio falar em nome do empreendedor. Eu queria agora chamar o senhor Sebastião Venâncio, senhor Sebastião agora está na sala, então passar a palavra para o senhor Sebastião. Três minutos senhor Sebastião.

Sebastião Venâncio Martins (Professor da UFV) - Boa noite a todos. Quero agradecer a oportunidade, meu nome é Sebastião Venâncio Martins, sou professor na UFV, na Universidade Federal de Viçosa, na área de ecologia e restauração florestal e nós temos uma parceria, o laboratório que eu coordeno é o laboratório de restauração florestal, com a CBA desde 2011. Então já está indo para 10 anos de parceria. Durante esse tempo, nós desenvolvemos ao longo de todo esses 10 anos, várias pesquisas e resultaram em várias teses de mestrado e doutorado, vários artigos científicos nacionais e internacionais, dezenas de artigos, capítulos de livro e etc. Nossas pesquisas são voltadas para avaliar as áreas que estão sendo restauradas, mineradas e restauradas com floresta. Nossa linha nessa parceria é a restauração florestal e biodiversidade. Então a gente tem avaliado essas áreas mineradas e áreas de compensação, auxiliado da empresa na orientação técnica da restauração florestal dessas áreas sempre visando a melhoria contínua dessa restauração, aplicado bioindicadores para avaliar essas áreas. Quais bioindicadores? Inventários florísticos fitossociológicos da vegetação arbustivo-arbórea, a regeneração natural, o banco de sementes do solo, a fauna, monitoramento de fauna, a fertilidade do solo nas matas restauradas, matéria orgânica tudo isso, e o conjunto de resultados que nós encontramos até hoje eles são muito positivo. Nós temos vários indicadores, a gente sempre compara com as matas nativas da região. Então nós encontramos, por exemplo, nas áreas restauradas 160 espécies de árvores nativas da Mata Atlântica, isso é fantástico, tem várias espécies que nem se encontram mais nas matas nativas secundárias da região por ter sido tão exploradas no passado e hoje a CBA está trazendo de volta essas espécies. Na fauna também nós temos várias espécies, Irara ,cachorro-do-mato, paca, várias espécies que é até raras na região, que nós amostramos, nós temos as imagens desses animais, quantificamos, então nós temos dados publicados, então o conjunto dos nossos trabalhos mostram a sustentabilidade ambiental, sustentabilidade ecológica da mineração do bauxita na região. É uma satisfação pra gente conseguir levantar.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) -Muito obrigado professor. Eu gostaria agora de chamar o senhor Elias Capobiango, para que possa fazer uso da palavra por três minutos. Senhor Elias, fica à vontade.

Elias Capobiango (Motorista da CBA) – Obrigado. Gostaria de desejar uma boa noite a todos. Primeiro eu agradeço a Deus por estar aqui. Vou falar um pouquinho da área aonde eu tenho conhecimento. Eu sou motorista, trabalho lá dentro da CBA. Eu já faz 16 anos, e, eu tenho a dizer a vocês que dentro do que eu conheço, as empresas têm sempre trazido muito progresso, muitos benefícios a cidade onde eu moro São Sebastião da Vargem Alegre, entendeu? Não sei o que seria se eles não tivessem se instalado ali, porque através de mim, né? A minha família tem o sustento ali como vários amigos meus. Acredito que cada família que tem ali deve ter uma pessoa que trabalha lá dentro da empresa, eu sou muito grato a isso. Tem algumas coisas aí que estão sendo ditas, eu não tenho conhecimento, então não vou entrar no assunto, mas venho dizer também que quando estava fazendo uma ponte na estrada aí, um cunhado meu precisou de passar, o carro dele foi danificado e a empresa depois arcou com as sequências de todo estrago que ouve. Essa é minha fala, para mim a empresa só tem trazido benefícios ao nosso lugar. Sou muito grato por esse momento, tá? Uma boa noite a todos. Obrigado.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado senhor Elias. Boa noite ao senhor também. E agora nós vamos chamar o senhor Agualberto Luciano. Senhor Agualberto está na sala? Perfeito, senhor Agualberto está na sala, então passar a palavra para o senhor Agualberto, com três minutos, por favor. Gente, espero o tempo, que ele está arrumando ainda, tem um delay. Senhor Agualberto três minutos, senhor pode ficar à vontade.

Agualberto Luciano Pereira(Manifestante) - Obrigado e boa noite a todos e a todas. Muito obrigado, boa noite a todos e a todas. Eu sou a Agualberto Luciano Pereira, morador há mais de 70 anos no Pirapanema, mais precisamente na comunidade Fazenda Grama. E trago aqui a conhecimento, né de todos vocês tá, a preocupação dessa comunidade. Eu conheço pelo tempo de vida, né? Que eu tenho, eu conheço várias comunidades do Pirapanema e só para vocês term uma ideia, a grande preocupação das pessoas das nossas comunidades é as milhares de nascentes, de minas que nós temos, as nossas matas e nós sabemos que, nós sabemos que o impacto da exploração da mineradora, ela tem trazido né? Grandes pioras nas nascentes, mudança da qualidade das minas, das águas, a cor das águas, quer dizer é muito, é muito complicado a situação e este é a preocupação que a gente tem, né? A gente sabe o quê que é a falta de uma água e está impactadando tanto a situação da exploração da mineradora, que muitas vezes a maioria da dessas minas, elas além da mudança de qualidade e várias delas já começa a perder mesmo, quer dizer sumir as água, secando, né? Vai sumindo, então é essa situação, ela é muito preocupante para todos nós, então a gente que mora, né? Há muitos anos, para nós é assim uma preocupação muito grande e todos nós se vocês souber a preocupação das comunidades, às vezes elas não se manifestam muito né, independente daqueles pouco, né daquelas minorias que tem alguma aproveito né, que às vezes é beneficiada por poucas, por poucas, mas a grande maioria só leva as dificuldades, né? E a mudança de qualidade do ar da vegetação. Então tudo isso traz para nós uma grande preocupação. Essa é o meu recado tá, nessa situação, falou. Uma boa noite a todos. Muito obrigado.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado senhor Agualberto, muito boa noite para o senhor também. Nós tivemos agora então, o quinto bloco de perguntas findo com as três manifestações. Eu passo agora a manifestação da do empreendedor e de sua consultoria.

Erli (Professor da Universidades Fderal de Viçosa)- Então como o pesquisador da área de hidrologia, eu gostaria de manifestar aqui e parabenizar o senhor Agualberto né, pela preocupação, uma pessoa tão experiente, né? O depoimento é muito importante, aquele que se manifeste mesmo e que participe realmente, aí sim nós temos ganhos né, com dúvidas, com solicitação de esclarecimentos, assim que a gente constrói um diálogo realmente né, com ganhos. Eu gostaria de falar com seu Agualberto, que essa sem dúvida alguma é uma das nossas maiores preocupações. Como que a mineração pode impactar uma nascente de água? Então é nosso carro-chefe, né? Nós estamos iniciando pesquisas com várias nascentes, a gente tem ainda um longo prazo, um estudo de longo prazo a cumprir, né? Não temos ainda conclusões né? Mas uma coisa que é muito importante esclarecer na parte teórica das nascentes, que as nascentes são manifestação da água do lençol freático na superfície do terreno. Isso é fato. De onde vem essa água do lençol freático? Ela vem da superfície, vem da chuva. E como já foi dito aqui, né? Ela precisa né? Infiltrar no solo, percolar por toda a camada de solo para recarregar o lençol freático e aí sim o lençol freático aflorar. Então essa essa esse é o percurso da água até formar uma nascente, né senhor Agualberto? Existe ao entorno da nascente, daquele ponto onde a água aflora, existe uma fração do terreno né, uma porção do terreno, que faz esse papel de infiltração, de percolação, né? Que nós chamamos da bacia hidrográfica e no caso das nascentes as microbacias. Então para gente afirmar, com certeza, o quê que tá acontecendo? Qual é o verdadeiro impacto, nós temos que realizar estudos que relacionam primeiro as chuvas que é a entrada de água. Em segundo a infiltração, aí em terceiro a recarga do lençol

freático, então esses processos que a gente chama de processos hidrologicos precisam ser avaliados no âmbito dessa microbacia. Para ai sim, eu poder chegar no ponto onde a água aflora que é a nascente, tá seu Agualberto. Então nós precisamos estudar todos esses processos no âmbito da microbacia, para só depois a gente ter uma afirmativa, uma conclusão.Alguém pode pensar a mas a água secou, então dentro desse processo a gente precisa ver porque que a água secou. Muitas vezes as chuvas não são suficientes para recarregar, então não importa se tem mineração, se não tem, não recarrega lençol, não recarregando lençol, claro a mina, a nascente ela vai sentir. Um dos maiores inimigos da recarga do lençol freático é uma superfície impermeável, né? Então nós verificamos na maioria dos usos do solo como pastagem, principalmente pastagem degradada, a superfície fica impermeável, né? Então a gente precisa, como eu disse, analisar tudo isso dentro da microbacia para chegar uma conclusão sobre a nascente, mas o senhor não se preocupe ou se preocupe e tente alcançar as respostas por meio dos nossos trabalhos que são divulgados e serão divulgados né, assim que tivermos já concluído o ciclo da pesquisa né ? Então é um prazer poder está falando isso aqui e garanto a população que a gente está fazendo trabalho sim, estamos de olho em tudo que possa afetar esse movimento da água na superficie, no subsolo até aflorar na forma de nascente, né? É nossa meta, é um carro-chefe das nossas pesquisas e já está iniciada.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado senhores pela participação. Chamar agora sexta bloco de perguntas , senhor Natal José Bazotti. Senhor Natal está na sala? Senhor Natal, senhor tem três minutos para fazer a manifestação do senhor.

Natal José Bazotti (Manidestante) - Boa noite a todos, meu nome é Natal José Bazotti, sou morador de Santo Antônio do Rio Preto, município de Miraí, conhecido como patrimônio. Vou falar um pouco da CBA na minha comunidade. A CBA atua da seguinte forma na comunidade, gerando vários emprego para comunidade, principal principal parceira na associação intermunicipal de confecção de roupa. Antes da CBA chegar na minha comunidade, nossa comunidade vivia na zona rural com trabalho, com plantio de café, feijão, milho e o trabalhador rural, não tinha benefício nenhum, não tinha a carteira assinada, entendeu? E não tinha recurso no trabalho, não tinha segurança. Depois da chegada da CBA, com muita desconfiança da comunidade, veios as perguntas da comunidade com a CBA, que era insegura, os medos. Hoje eu posso afirmar que a CBA é uma empresa segura, transparente, confiável de trabalhar e nós da comunidade Santo Antônio Rio Preto, fomos bem beneficiado como vários emprego na comunidade , o comércio em alta até hoje, entendeu? Vários comerciantes em alto índice de vendas. Então eu quero falar para vocês, pais e mães, que sonhavam em ter um filho estudado e formado, mas tinha aquele lado ruim que o filho formava e tinha que trabalhar longe de casa, agora nós temos empresa confiável, conhecida no Brasil e no exterior, do lado da nossa casa. Então pensem que agora seu filho vai trabalhar numa empresa digna, conhecida e confiável. Eu quero pedir a vocês que, que trabalhador rural como meu pai que trabalhava aí, a dia e a meia com o proprietário da terra, antes que não tinha segurança nenhuma, agora pense em uma empresa que tá ali, disposta dá emprego para todo mundo da região, entendeu? Eu quero deixar claro para vocês, pense bem no futuro da nova geração dos seus filhos, uma empresa que está de braços abertos para toda comunidade da nossa região e está gerando emprego diretamente para toda a população, de todo o redor daqui de Muriaé, São Sebastião em Miraí. Eu da cidade de Miraí e como morador de Santo Antônio do Rio Preto, em nome da minha comunidade, eu estou agradecido por fazer parte da mineradora e ter ela como vizinha da minha comunidade, dando assistência social, ambiental a todos da região e tenho orgulho de falar de ter uma empresa conhecida e em toda importância, em toda digna de respeito de todo cidadão envolvido que era.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado senhor Natal pelas palavras do senhor. Queria chamar agora o senhor Clélio de Souza Lima. Senhor Clélio está na sala também, pelo que nós ficamos sabendo aqui, então

senhor Clélio, senhor tem três minutos para manifestação. Senhor Clélio, três minutos, o senhor pode ficar á vontade.

Clélio de Souza Lima (Manifestante) - Valendo?

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Valendo.

Clélio de Souza Lima (Manifestante) -Boa noite meu nome é Clélio, eu sou biólogo e a 3 anos já eu atuo como biólogo na CBA, locado como terceiro na empresa Júlio Simões logística. É bem verdade que eu nunca tinha pensado, nunca tinha imaginado na minha vida trabalhar em uma mineradora, contudo quando eu comecei a trabalhar, eu me surpreendi muito e positivamente, porque eu encontrei um ambiente onde as pessoas têm uma real preocupação com o ambiente natural, encontrei pessoas comprometidas com o meio natural e que sabem reconhecer as necessidades da população através de trabalhos socioambientais, através de ações solidárias que são feitas nas escolas, eu esqueci o nome que é dado agora, mas são ações que voluntariadas, perdão, então eu atuo justamente no monitoramento das áreas reabilitadas, as áreas que foram mineradas, eu vou lá para poder acompanhar como está o desenvolvimento da vegetação, como estão o desenvolvimento do solo, se está se formando erosões e recomendo que sejam feitas as tratativas e posso assegurar que todas as áreas que são mineradas, elas são entregues ao superficiário em boas condições e quando não há nenhum tipo de intervenção negativa por parte do superficiário como invasão de gado, essa área é entregue em qualidade muito superior, tá? Bem verdade que foram mostradas aí, por exemplo, imagens de erosão, mas eu convido a vocês agora sair na área rural, onde você estiver e procurar áreas que foram aradas para o plantio e que após a chuva vamos provocar problemas similares ou até piores do que estes. Também atuo com monitoramento hídrico que o professor estava falando aí agora e esse monitoramento eu visito mensalmente mais de 140 pontos para coleta de água e análise para ver a condição e ver a quantidade de água que está ali naquele lugar e posso afirmar também com segurança que não há nenhum impacto significativo na quantidade, no volume ou na qualidade das águas e que por exemplo, nós estamos aqui em Pirapanema, um ponto atrás da mata aqui que nós fazemos a coleta.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado senhor Clélio. Acabou que a câmera me pegou aqui esticando os braços, né? A gente vai ficando cansado no final do dia. Eu queria convidar agora então o senhor Gilmar Aparecido para poder fazer o uso da palavra né? Três minutos senhor Gilmar. Pedi a técnica para esperar ele se preparar para poder contabilizar o tempo. Senhor Gilmar você está ouvindo agora, tudo tranquilo? Senhor tem três minutos para poder falar. Muito obrigado, três minutos.

Gilmar Aparecido (Manifestante) - Boa noite a todos, eu sou o Gilmar, moro em São Sebastião da Vargem Alegre, eu sou colaborador terceirizado, trabalho na unidade ali da CBA a mais de 12, 13 anos e o que eu venho falar aqui para vocês é o benefício que a empresa atrás né ? Que nem trouxe ali para São Sebastião da Vargem Alegre e por superficiários que tem a bauxita lá para ser explorada lá, que ela pega a bauxita, né? Gerando os empregos do início ao final, né? Que o superficiário ele entrega o terreno para empresa, a empresa vai lá cerca, faz os drenos né? Cercá-las ali para as pedras não cair na rodovia e faz monitoramento ali da área e tira a bauxita e enconsta solo rico ali, para quando acabar o terno de extração da bauxita, ela volta o solo rico para a mineração onde ela está minerando não ficar naquele solo aberto o resto da vida ali, e o terreno superficiário ele volta a ser normal para ele ter o cultivo de café, pasto, bréqueara, o que ele quiser ali, né? E sobre mais o empreendimento que traz aqui para nossa região aqui, muita gente empregada muita gente estudando em faculdades, aperfeiçoamento dos estudos deles, um na profissão de biólogo, outro na profissão de administração de empresa, medicina, né? E os benefícios

né, que nem foi falado aí, de frutíferas que venha Universidade Federal de Viçosa aperfeiçoar ai nos estudos né, para ficar mais fácil aí o cultivo, tem a plantação de uva, banana, café, como vai ser tratado, né? Sobre o meio ambiente também na nossa região aqui também e se preocupa nos caminhões nas vias onde passam ali os caminhão cheio de minério ali, vem os caminhão-pipa, vem ali molhado a estrada para as comunidade não serem impactadas com as poeiras e assim sucessivamente aí, né? Então a gente estamos aqui debatendo, estou muito grata a Deus por isso, porque a minha primeira audiência pública, estou aprendendo demais com isso, a gente tem que participar, ser participativo, ouvir ser ouvido. Nós estamos vivendo num país democrático aí aonde vai ganhar com isso aí é todo povo brasileiro aí, porque nós temos o direito de ir e vir, é o que nós estamos fazendo aqui hoje aqui, conhecendo mais né, sobre o meio ambiente, sobre a empresa também e se conectando mais aí para gente ganhar aí com isso tudo aí e o mais, muito obrigado ai. Agradeço a Deus por tudo aí e vamos aí em frente ai. Fica com Deus aí, todo mundo aí.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado senhor Gilmar, senhor também tenha uma boa noite, fique com Deus. Nós tivemos. então as três participações do sexto bloco, eu vou passar a palavra a empresa e ao seu consultor, para fazer uso. Favor seis minutos.

Alceu Raposo Junior (Brandt-Analista Master)- É só para gente ressaltar então em relação a algumas falas que foram conduzidas aí no âmbito das da comunidade né ? Da importância que tem as questões dos programas ambientais, então a identificação aí como o próprio colega já disse, da aspersão de água em vias, aí há o controle da qualidade do ar nesse sentido, da preocupação com tráfego de veículos. Isso tudo são aspectos que são importantíssimos na condição de uma mineração com menor impacto possível e outros programas como o biólogo que trabalha na empresa identificou e ponderou para gente. Então, são todos esses aspectos que no campo, a nossa pesquisa por meio da turma de socioeconomia, dos biólogos estiveram em campo, conseguiram identificar e pegar essa sensibilidades das operações que são conduzidas é claro, que uma operação de mineração por si só, não é somente é benefícios, tem os impactos que foram listados aqui né, com mais de 20 minutos né, foram interrompidos ai no final da apresentação, mas dá para a gente perceber que é possível a gente conciliar as questões de mineração, exploração dentro de um aspecto mais sustentável de menor impacto possível, então, esse é um recado que a BRANDT também gostaria de deixar nessa condução aqui , que é possível a gente trazer esses programas ambientais e essa experiência que a empresa já tem, para que traga menores impactos possíveis aí.

Christian Fonseca de Andrade (CBA – Gerente Unidade) - Voltando um pouquinho aí na questão da da água da nossa lavra, né? A bauxita, conforme eu já disse, na Zona da Mata , ela se dá de uma forma bem superficial, né? Então isso pra água é importante, pois a gente não tem que formar cava, a nossa lavra é superficial, com isso não há necessidade de rebaixamento do lençol freático. Outro ponto muito importante é que durante a execução da atividade de lavra, nós implantamos sistemas de drenagem, sistema de drenagem muito robusta, que retém a maior parte das águas de chuva dentro desses sistemas, postes de decantação, barraginhas, sequências de curvas de nível. Então a água, com isso, ela percola, ela percola e recarrega o lençol e aumenta os volumes das nascentes durante o processo de lavra. Após o processo de lavra, nós temos aeração do solo, a qual eu já falei e é importante lembrar que ao revolver esse solo, a gente promove abertura del, favorece a infiltração de água, favorece o desenvolvimento das plantas, como o retorno do solo rico, a adubação, a vegetação ela vai ficar mais densa, seja ela eucalipto, seja ela pastagem, café ou até às nativas, ela fica mais densa, a cobertura vegetal é mais forte, com isso a gente aumenta absorção mais uma vez da água, né? Então podemos dizer que a CBA passa pelas suas atividades de lavra gerando impactos positivos com relação a infiltração de água no solo, inclusive temos trabalhos de

pesquisas publicados abertamente né, junto da nossa parceria com UFV que demonstram claramento esta melhoria.

Vicente Toledo Machado de Morais (Brandt- Analista Ambiental) –Só importante ressaltar também que os nossos estudos, fez um levantamento aí de todas as outorgas né ?Publicadas pelo IGAM entre 2009 e 2015 e apenas 1% dessas ortogas, elas estão relacionadas a mineração.

Professor Erli (Professor da Universidade Federal de Viçosa)- Aproveitando o gancho ainda né? Do que foi dito aqui com relação às pesquisas, dos trabalhos que estão em desenvolvimento, que estão trazendo resultados. Destacar que os processos hidrológicos mais estudados até o momento, são justamente infiltração e o escoamento superficial de água de chuva né? E como já foi dito, por isso eo estou aproveitando esse gancho, que esses processos tem melhorado significativamente de antes do que era antes da mineração com o pós-mineração, justamente pela preocupação e a qualidade da restauração das áreas já mineradas. Os trabalhos dos colegas que já manifestaram, do professor Ivo, do Professor Sebastião Venâncio, tem contribuído absurdamente com essa melhoria na infiltração e na diminuição do escoamento de água nas áreas mineradas.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado pelas informações. Nós temos um bloco agora em que a primeira pessoa que se inscreveu mandou pergunta por escrito. Então eu vou fazer a leitura e depois chamar os dois inscritos para poder fazer as suas manifestações. Senhora Fabiana Sarracini, ela pergunta: Qual o impacto ambiental identificado no estudo, o empreendedor considera mais crítico, para região de influência do projeto e como irá realizar o controle dele? Essa é a manifestação da senhora Fabiana e agora nós temos o senhor José Isaac. O senhor José Isaac já tá na sala? Então vou passar a palavra para o senhor José Isaac. Três minutos, senhor José.

José Isaac (Presidente do sindicato) - Boa noite, sou o Isaac, presidente do sindicato que representa os trabalhadores. Vocês que estão aqui nesse auditório, olhando, vendo seus celulares, seus tablets, aí tem alumínio, esse local, essa estrutura tem alumínio, no setor da construção civil precisa de alumínio e também tem, o setor automobilístico precisa de alumínio e também tem, na nossa casa tem alumínio e nós usamos, na nossa pia, na geladeira, no chuveiro, também usamos alumínio no telhado, portanto minerar é preciso. E a CBA, ela sempre teve a preocupação com o meio ambiente e com os entornos, e o respeito que ela tem também com a classe trabalhadora, com o próprio sindicato, ela gera, cada emprego gerado na CBA aqui fora, são de três a quatro empregos indiretos, portanto cada vez mais que a CBA trabalha com a sua responsabilidade, que ela cresça e aumente, que ela gere mais emprego, automaticamente, as cidades vizinhas, os moradores vão ter a sua empregabilidade. Quando eu falo que chega de três a quatro empregos indireto, eu estou citando é aquele que está na farmácia, aquele que tá no mercado, é aquele que está na padaria e outros, portanto, a CBA ela, vocês já citaram agora pouco e teve o problema do Itamaraty. Quando o Itamaraty percebeu a situação que estava inviável, ela simplesmente paralisou as atividades para não gerar prejuízo nenhum para o meio ambiente e nem para a cidade. Esperamos que ela cresça novamente ou aumente mais sua produção para poder gerar mais emprego e dar mais condição de boa vida aos trabalhadores, que seus funcionários são tão respeitados, que a reforma trabalhista pegou vários trabalhadores aí, tirou seus direitos e a CBA ela não aplicou nenhum item da reforma trabalhista para os seus trabalhadores, portanto, ela está de parabéns e que Deus nos ajude e a faça com que ela gere mais emprego nesses tempo de pandemia e de necessidade que o nosso nosso país precisa. Muito obrigado e boa noite a todos.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) –Muito obrigado senhor Isaque, boa noite ao senhor. Na minha lista aqui agora a

senhora Isabela Leão Pontes Pazini. Já está na sala. Senhora Isabela, a senhora tem três minutos para poder fazer a manifestação.

Isabela Leão Pontes Pazini (Manifestante) - Boa noite a todos e todas. Eu sou a Isabela Pazini, sou geógrafa e técnica do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. Primeiramente eu queria colocar o meu repúdio contra esse formato de audiência pública, que não está garantido a participação das comunidades afetadas nesse projeto, não cumprindo assim sua função social. Como já foi falado a gente está em onda verde em Muriaé, já tem evento com 250 pessoas já liberado, a maior parte dessas comunidade são rurais e não tem acesso à internet, e essa audiência até o momento tem mostrado a incapacidade de fazer valer essas vozes, por isso eu entendo que é fundamental a realização de outra audiência pública com a participação popular efetiva das comunidades ameaçadas. Em segundo eu queria ressaltar a ameaça desse projeto, o CTA vem trabalhando há mais de 30 anos com agroecologia na região, junta a agricultoras e agricultores familiares que promovem a produção de alimentos de verdade sem agrotóxicos, auxiliando inclusive a recuperação ambiental da região. A partir dessa experiência a gente afirma que o projeto de mineração é incompatível com agricultura, com agroecologia, pois impacta sim negativamente o solo, a água, desestrutura os laços comunitários, impossibilita o modo de vida dessas agricultoras e agricultores. Também atuamos com pesquisadores da UFV no campo agricológico e vemos na prática essa degradação nas áreas já mineradas nessa região. Esse conceito de sustentabilidade usado pela CBA, não demonstra a preservação ambiental na prática, nem tão pouco a avaliação desses impactos como pouco expressivos, como falados na apresentação da empresa e existe sim conflito e ele não é pouco expressivo como dito na avaliação de impactos. O avanço da mineração em direção à zona de amortecimento do parque coloca em risco essa unidade de conservação e as populações em torno que auxiliam a preservação de uns maiores remanescentes de Mata Atlântica do estado com espécies endêmicas de animais e plantas e coloca em risco a vida dessas comunidades. A região já é reconhecida nacional e mundialmente pelas experiências agroecológicas de produção de alimento, de água, de vida sendo um polo agroecológico de produção orgânica, estabelecido pela lei 23207/2018. A proposta da região como polo surgiu inclusive, no município de Muriaé em 2017, demonstrando a força da agricultura familiar na região. Esse é o primeiro polo de agroecologia do Brasil e talvez do mundo, e ele está sendo ameaçado por esse projeto e ele é fruto de uma rede robusta de agroecologia na Zona da Mata, uma rede ancorada em pilares técnico-científicos, sabedoria popular e tradicional, que busca uma relação mais harmoniosa com a natureza na produção de alimentos de qualidade e preservação ambiental. O CTA, as organizações da agricultura familiar, junto ao polo agroecológico se colocam contra esse projeto de mineração e defendem a agricultura familiar, a agroecologia, as comunidades locais, os bens comuns, o bem viver da população e exigimos uma nova audiência para essas comunidades terem seu direito de dizer não.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado senhora Isabela. Nós chegamos aqui então a final do sétimo bloco de manifestações, passar a palavra para empresa e para seus consultores para que eles façam suas considerações.

Alceu Raposo Junior (Brandt-Analista Master)- Bom, em relação a pergunta relacionada a quais os impactos mais significativos né? Foi a primeira pergunta, a parte escrita, a gente pode dizer que os impactos significativos diagnosticados no âmbito do EIA/RIMA, são relacionados à a perda de indivíduos da flora e alteração de habitat da flora, que é justamente esse contexto que nós dissemos no início do EIA/RIMA, na apresentação de impacto que estão relacionados as questões de impacto direto ali onde tem vegetação. Então esses foram os principais impactos identificados aí com relevância. E qual seria então os programas ambientais, dentro dessa pergunta, que mitigariam esses impactos? A gente pode relacionar ai o PRAD, né ? Que é o Programa de Recuperação de Área Degradada, como um principal elemento aí de programa a ser constituído para recuperar essas

áreas, e como o professor já disse as áreas são bem recuperadas, há um processo histórico ai desenvolvido, junto com Universidade Federal de Viçosa, que tende a trazer essas áreas bem próximos do natural. Então são esses dois impactos. E em relação as demais perguntas, você quer responder o Vicente? Algum, porque eu não anotei aqui.

Vicente Toledo Machado de Morais (Brandt- Analista Ambiental) - Só reforçar a questão aí do uso principal do solo dessa região. Então é 70% aí de áreas que possuem pastagens, é na maioria das vezes passagens degradadas e realmente pode oferecer uma oportunidade, uma possibilidade aí de de reversão aí desse cenário, principalmente dessas áreas de pastagens aí degradadas.

Alceu Raposo Junior (Brandt-Analista Master)- A pergunta final diz respeito as questões da agricultura familiar e agroecologia né, dentro do âmbito do EIA/ RIMA, não foi identificado áreas que serão suprimidas aí em função da exploração da bauxita dentro desse contexto de agroecologia, então como o Vicente disse mais 70% das áreas identificadas aí como potencial a serem exploradas, estão no âmbito de pastagens degradadas e um restante também considerável, em torno de 20%, em áreas florestais. Então não foi considerado aí um impacto significativo dentro desses ambientes agroflorestais de agricultura familiar, portanto esse impacto não está sendo considerado aí no âmbito do EIA/RIMA. É uma preocupação legítima, mas a gente gostaria de ressaltar que não haverá impacto, pelo menos mapeado, no âmbito do EIA/RIMA dentro desse cenário aí sobre agricultura familiar.

Christian Fonseca de Andrade (CBA – Gerente Unidade) - Aproveitando os minutos restantes, vou trazer o tema de barragens, né? Acho que é importante lembrar, que aqui nós estamos tratando de processos de lavra, né? Nós não estamos tratando de processos de beneficiamento mineral, né? Mas também informo que vocês podem ficar extremamente tranquilos, pois as nossas barragens são geridas com uma disciplina muito grande, os nossos, os nossos projetos, as nossas estruturas são muito conservadoras, né? Então a gente tem uma tranquilidade enorme na gestão dessas barragens, nós temos uma transparência muito grande pela própria concepção das barragens né, os nossos barramentos a gente passa, temos estradas rurais que passam por sobre os barramentos, qualquer pessoa pode acompanhar a operação da barragem, né? E nós temos um forte relacionamento com toda a comunidade, inclusive recentemente realizamos um simulado de barragens, né? Que teve a participação massiva da segurança pública, da Defesa Civil Estadual, de oito Defesa Civis municipais, da Polícia Militar ambiental, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiro Militar, junto é claro, da população que participou efetivamente se deslocando de suas residências para os pontos de encontro. Um exercício muito rico em que a gente tá trabalhando para levar a cultura de segurança de barragem para dentro da comunidade. Então, fiquem tranquilos, nossas barragens estão, são auditadas, são fiscalizadas, ao longo desse ano a FEAM esteve fiscalizando a nossa barragem, Agência Nacional de mineração esteve fiscalizando a nossa barragem e essas são auditadas de forma independente por consultores responsáveis e renomados no mercado de gestão de barragens.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado aos consultores da empresa pela apresentação. Nós temos agora o Eduardo na sala. Queria então passar a palavra para o Eduardo Carvalho. Senhor Eduardo, três minutos para o senhor.

Eduardo Carvalho (Manifestante)- Olá, boa noite a todos, eu estou como Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de São Sebastião da Vargem Alegre. Agradeço a oportunidade de estar participando aqui de uma audiência pública e quando na verdade assim a gente ver algumas interpelações em favor do formato, a gente sabe que a gente vive num estado de pandemia, mas a gente precisa registrar que mesmo tendo uma quantidade de vagas reduzidas, a gente encontra né algumas, há várias cadeiras vazias por aqui, então seria interessante que tivesse realmente mais manifestação da população interessada. O município de São Sebastião, ele tem sido realmente um

impactado pela mineração, mas tem sido também um exemplo na região em relação ao acompanhamento das ações ambientais, né? Nós temos feito uma constante aproximação para enviar os anseios da sociedade rural até a empresa, como uma forma de agilizar o processo de resposta. Tivemos a oportunidade também de obter dados compartilhados né, que embora sejam públicos, teve o devido direcionamento e foram oportunos também para atender em tempo e em qualidade os dados ambientais do município. Como prova do acompanhamento próximo das ações, a comissão da área de proteção do município, da APA do Rio Preto, promoveu reuniões com a área técnica ambiental da empresa e solicitou que as compensações sejam realizadas na própria área da APA, né? E que isso seja copiado em outros municípios. Temos verificado constantemente os projetos de compensação, desde as ambientais até o sociais, em nosso município temos como exemplo, a fruticultura, especificamente a viticultura, que tem recebido apoio e colocado a agricultura em destaque na microregião colhendo frutos físicos e sociais, claro. O compartilhamento do projeto de recuperação de áreas degradadas com café, representou uma grata surpresa para agricultura regional, considerando ser o café a principal fonte do agronegócio do nosso municipio. Toda empresa é um ente abstrato, mas que se personifica através de suas pessoas. A personificação gerada tem traduzido um pragmatismo favorável ao apoio entre privado e público em benefício da população, com redução de impactos socioambientais que é o modelo ideal a ser mantido e possível ser copiada em outras áreas. O que temos que manter em mente em que em nossa terra tem alimentado todo o processo produtico da empresa, né? E o município torce é para que essa relação permaneça como é, tendo como base a responsabilidade ambiental, social e na sucessão dos benefícios né? Não pensando apenas no hoje, mas principalmente no amanhã, no futuro e na próxima geração.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado senhor Eduardo pela participação. O próximo inscrito é o senhor Ângelo Máximo Morais. O senhor Ângelo mandou a pergunta dele por escrito, na verdade não é pergunta é uma manifestação. Ele diz o seguinte: Eu presto serviço a seis anos como terceiro e a cada ano eu vejo crescer a preocupação da CBA com a segurança, à população local e o meio ambiente. Eu vi áreas serem mineradas e hoje já totalmente recuperadas. É nítido que o trabalho da CBA é muito bem feito. O próximo inscrito é o senhor Rodrigo Daniel Calsavara, ele está na sala, então vou passar a palavra ao senhor Rodrigo. Senhor Rodrigo, senhor tem três minutos.

Rodrigo Daniel Calsavara (Manifestante) - Boa noite a todex, com E e X no final, respeitando a todos. Eu gostaria de expressar então a minha satisfação em poder participar dessa, espero, primeira audiência pública para tratar do assunto, do tema. Eu acredito que está ficando bem claro para todos, eu espero que fique também para os responsáveis que essa está sendo uma ativa de permitir a participação social, mas eu como aprendiz de agricultor, quero expressar a dificuldade tremenda que nós aqui residentes da zona rural temos em participar do evento. Infelizmente o sinal de internet aqui para gente é muito ruim, com a chuva piora ainda mais, eu tive que vir a casa do meu vizinho para conseguir um sinal de internet que me permitisse acompanhar e agora tentar expressar, então eu queria que esse exemplo que eu estou deixando aqui servisse para as autoridades responsáveis perceber o quanto é difícil para nós agricultores, residentes da zona rural poder participar efetivamente de um processo como esse e dá uma contribuição. Então a contribuição que eu queria deixar é isso, que nós agricultores, muitas vezes, não precisamos não é de dinheiro, não é de nada disso, o que nós precisamos é ter os nossos direitos respeitados, de valorizar o espaço que para gente é sagrado, os ancestrais que cuidaram dele até aqui, os seres que vivem aqui a nossa volta, sejam eles animais, vegetais e até mesmo minerais. Quem disse que as bauxitas que estão aqui no terreno, no quintal da minha casa querem sair daqui? Dinheiro não preenchi isso não, pode querer pagar o que for, não adianta, não tem preço, a vida não tem preço. Eu respeito, né? Eu consigo compreender, respeitar a posição de todos aí, sabe? Não tô querendo conflito, briga com ninguém, mas para mim entre respeitar como prender, eu não tenho que concordar e eu não concordo com a mineração, não quero mineração aqui, eu acho que nós temos que preocupar em diminuir o

consumo, reciclar, igual teve pessoas aí que falou que a gente não vive sem alumínio, é questionável isso, nós temos outras formas, nós podemos reciclar, nós podemos achar outros, outras formas de outros produtos alternativos, que não só o alumínio. Então acho que eu queria deixar bem claro isso, que pra mim a vida tem mais valor e gostaria que a minha opinião servisse para exemplificar o de vários outros agricultores.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado senhor Rodrigo pela manifestação e parabéns pelo nome bonito. Eu, nós terminamos oitavo bloco de manifestações, eu vou passar então a palavra ao empreendedor e sua companhia, sua consultoria.

NÃO IDENTIFICADO (Manifestação Empreendedor CBA) - Boa noite a todos, está ligado? Está. Gostaria de destacar aqui, né? Como bem colocado pelo Eduardo de São Sebastião da Vargem Alegre né, e trazido também pelo Dagoberto a preocupação com as nascentes, né? A gente tem como característica né, da bauxita, né? Dela ocorrer em meio a encosta né? Todavia para acessar a bauxita, eu tenho que abrir acessos, né? E esses acessos eles de alguma forma passam por áreas de preservação permanente, né? Essas áreas, né, se encontram atualmente antropizadas. Todavia o processo de licenciamento ambiental exige a compensação dessas áreas, então a gente tem né, procurado né, priorizar a compensação né, da APP em realizar o plantio ou o isolamento das áreas de preservação permanente como forma de compensação, isso né, de alguma forma vai garantir a qualidade da água né, que você isola aquilo para, não permitindo a entrada de animais né, você evita a compactação daquele local e não atrapalha a qualidade da água nesse local que está sendo compensado. Então é muito importante, né? Que a gente vê como uma oportunidade de converter essa compensação ambiental pela intervenção em APP, fazendo preservação e conservação de nascentes e num dos processos né, de processo de licenciamento ambiental né, que a gente obteve anuência da APA do Rio Preto de São Sebastião da Vargem Alegre, a gente estabeleceu um compromisso de converter as compensações ambientais, desse processo exclusivo, para fazer a conservação das nascentes dentro dessa unidade de conservação que é muito importante para o município. Obrigado.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado pelas informações. Nós vamos agora para o nono e último bloco de questionamento de manifestações, nós só temos mais três inscritos, algumas pessoas, duas pessoas que tinham se inscrito anteriormente desistiram de fazer a manifestação, então nós temos agora para chamar aqui a senhora Ariele Canedo Campos. Senhora Ariele está na sala. Senhora Ariele, senhora tem três minutos para fazer manifestação.

Ariele Canedo Campos (Manifestante) –Obrigada. Boa noite, meu nome é Ariele. Eu sou de Rosário da Limeira e eu sou formada em Administração aí pelo IFEM/ Muriaé. Então, eu vim aqui né ? Fazer denúncias, né? A primeira aí, né? O Robbin já até levantou isso no começo aí da audiência que é a questão do prefeito de Rosário da Limeira, né? Que ele assinou uma carta de anuência liberando né, ser minerado nas APAS de Rosário da Limeira, APA Babilônia, APA da Serra das Aranhas. E aí é uma coisa que vai contra o código do município de Rosário da Limeira. Então, o que a gente quer chamar atenção é para essa questão que vai contra o código do município de Rosário da Limeira e isso em momento algum foi conversado no CODEMA, né? Que a gente também faz parte do Conselho de Meio Ambiente do município. E aí uma coisa que eu quero mostrar né, igual eu, por exemplo, que sou de Rosário da Limeira, é um mapa né, aqui, que não sei se vocês vão conseguir ver muito bem, aí aqui ó, por exemplo, aqui pega eles têm interesse na área praticamente de Rosário da Limeira inteiro, aqui tá o PESB, e aqui sim dá para ver comprovadamente que sim, eles têm interesse na zona de amortecimento do nosso parque. Uma outra denúncia também que eu quero fazer, que todo mundo já tem falado bastante aqui, é que essa audiência não se faz afetiva, né? Porque as comunidades atingidas elas não estão tendo condições

de participar. É a SBM, né? Que a empresa que foi contratada por vocês, eles estiveram em Iracambi com o tablet né? Com um vídeozinho de aproximadamente uns 4 minutos mostrando como participar da audiência. Então eu vi o vídeo, expliquei para eles que isso é apenas um teatro né, que a empresa está fazendo, que esse vídeo para quem não tem habilidades digitais, não adianta nada, né? A gente que está em instituições né ? Ddeurante aí, esse um ano e pouco, a gente foi obrigado né, a aprender fazer reuniões com Google Meet, tudo mais, muita gente não sabe né? Como fazer, como lidar com isso. Eles disseram até que muita gente né, eles rodando as comunidades,né ? Mostrando esse vídeo, disseram que muita gente não sabia o quê que era CBA, outros começaram ver o vídeo parava no meio, porque eles não estavam entendendo nada. Falaram até que os únicos lugares que eles viram que tinha algum conhecimento, foi lá em Iracambi e na comunidade dos Mendes em Piranema. Eles falaram até que tudo isso foi repassado os dados para empresa e que vocês estavam até fazendo provas contra vocês mesmo. Então isso é mais uma prova, né? De que não está sendo efetivo. Essa aí é que a gente solicita uma nova audiência e na, mineração aqui não. Obrigado.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Eu que agradeço sua participação Ariele, certamente que cada uma dessas informações vai ser considerada no processo. O senhor Wilkson Fernando dos Santos, parece que ele não está conectado, nós não estamos conseguindo contato com ele, a equipe técnica está ligando para ele, para ele poder participar, mas não está conseguindo. Então vou chamar agora senhora Aparecida Helena da Silva. Senhora Aparecida, senhora tem três minutos para poder fazer manifestação. Senhora Aparecida microfone da senhora está fechado. Senhora Aparecida só um minutinho, microfone da senhora está fechado. Nós vamos fazer o seguinte, vamos voltar o tempo da senhora, a senhora abre o microfone, por favor.

Aparecida Helena da Silva (Manifestante) - Abriu agora?

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Agora tá certinho, senhora tem três minutos. Obrigado.

Aparecida Helena da Silva (Manifestante) -Boa noite, eu faço parte através de Pirapanema, participo dessas reuniões da Votorantim desde que ela começou em Pirapanema a 10 anos atrás. Concordo com as opiniões expressas de todo mundo, apesar de ter começado a ver os vídeos um pouquinho mais tarde, que eu tive problema com a conexão. A minha grande e maior preocupação é que infelizmente não adianta nós sermos contra a mineração que ela vai acontecer, independente da gente ser conta, infelizmente é uma realidade, a gente precisa realmente no dia a dia de alumínio. Mas a minha maior preocupação é o que? O que a empresa vai fazer de fato, realmente investindo nas comunidades afetadas. E uma pergunta: Porque que ao invés de só se preocupar com o reflorestamento e a proteção da área onde as empresas têm atuação, elas não venham também a se preocupar em fazer o reflorestamento em áreas que a gente tem degradada sem mineração? Existe várias áreas que podem ser reflorestada, existem várias áreas destruídas, mesmo sem mineração, que precisa de recompor o meio ambiente. Eu não vejo esse trabalho, infelizmente, respeito,e qual é a grande questão, nós devemos ser contra sim a destruição da mineradora, mas a gente tem que ter a consciência que ela vai acontecer, e eu acho que a maior preocupação que a gente tem que ter o que a empresa pode fazer realmente direcionado para comunidade, para que a comunidade tenha benefício, para que a comunidade veja esse propósito que a empresa costuma dizer, a gente repõe, a gente faz isso. Eu realmente concordo, trabalho, estou com vocês desde sempre, mas não tenho visto por parte da empresa a preocupação de reflorestar áreas que a gente tem aí completamente destruída que precisa ser reflorestadas, nascentes abandonas. Pirapanema teve muito ganho sim, com a CBA.A Votorantim mudou a história de Pirapanema, mas ela precisa investir mais, investir no distrito, investir nas áreas que ela atua e também nas áreas que ela não atua, que estão degradadas, que estão, que precisam de investimento, que precisam evoluir, que precisam crescer.

Esse é meu depoimento. Infelizmente não pude estar em Pirapanema, mas não podia deixar de estar aqui e dizer que vocês só precisam garantir que a população afetada tenha condições de se recuperar, tenha condições ou recebe de vida, qualidade de vida, que isso é que é importante, porque a mineração, infelizmente, ela é inevitável, por mais que.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado senhora Aparecida. Muito obrigado. Nosso tempo é sempre de três minutos. Agradeço a manifestação da senhora. O senhor Wilkson, nós não conseguimos mesmo contato com ele, não conseguimos colocá-lo na sala. Quando liga para ele cai na caixa postal. Então eu vou passar para a manifestação da empresa e de seus consultores. Favor senhores tem seis minutos.

Bruno Malta (Representante da CBA) - Indo direto ao questionamento da primeira manifestante, nós tivemos oportunidade já de fazer alguns esclarecimentos quanto as intervenções no processo licenciamento ambiental relacionadas a interface do empreendimento com unidade de conservação então repito, existe todo um regramento normativo, que autoriza essas intervenções, então neste caso não é diferente, havendo intervenções em área de preservação permanente, em área de proteção ambiental ou em uma unidade de conservação de proteção integral, como foi citado, né? O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, que neste caso, para este projeto, objeto dessa audiência pública, não vem ao caso, mas há todo um regramento específico para essas intervenções e obviamente esse regramento ele vai ser observado no curso do processo de licenciamento ambiental, com a manifestação dos seus órgãos gestores, dos seus conselhos consultivos, como prevem, como eu disse aqui, tanto a resolução CONAMA 428/2010 ou como o próprio Decreto Estadual 47941/2020, então quanto a isso não há nenhum receio de que essas unidades sofram qualquer tipo de intervenção sem que elas venham ser consultadas no curso do processo de licenciamento ambiental. Uma outra questão que merece ser mencionado aqui, as que se refere à questão da declaração de conformidade e para que possa ficar bem claro, declaração de conformidade ela nada mais é do que um documento, que como o próprio nome sugere, meramente declaratório em que a prefeitura ela atesta que as atividades desenvolvidas, as atividades que pretendem ser desenvolvidas pela empresa que busca o licenciamento, estão em acordo né, em conformidade com as leis de uso e ocupação do solo municipal. Então essa declaração é ato meramente declaratória, é um cheque de que aquele tipo de atividade pode ser desenvolvida naquele local. Então nesse sentido por força do que dispõe também tanto Decreto Estadual 47383 quanto a resolução CONAMA 237/97, essa declaração ela é necessária para o processo de licenciamento ambiental e nesse caso aqui específico não vai ser diferente, a declaração ela, ela vai ser formulada nestes termos. Vale também reforçar porque tantas vezes citado aqui, eu reforço, a questão do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro, embora não seja objeto desse processo, embora não haja interferência no parque, como já foi dito, ou na sua zona de amortecimento é sabido que a empreendimentos podem desenvolver suas atividades em zona de amortecimento de unidade de conservação de Proteção Integral, desde que observados os regramentos específicos que eu mencionei a pouco. Então nesse sentido, a plena regularidade no que concerne a essas possíveis interferências em unidade de conservação, sejam elas de uso sustentável ou de proteção integral. Eu passo a palavra a CBA para que possa também fazer esclarecimentos quanto ao último questionamento.

NÃO IDENTIFICADO (Empreendedor CBA) - Obrigado doutor Bruno, eu não lembro o nome da pessoa que comentou ai a última fala. Mas ela falou da CBA,né? Fazer a, recuperar, fazer o reflorestamento em áreas degradadas, né? Como eu disse antes né? A CBA ela tem como o rito do processo de licenciamento ambiental, vários tipos de compensação, eu citei uma delas que é a compensação por intervenção em app. Destaco aqui, que os processos anteriores que a gente via entrando no órgão ambiental e os que estão por vir no futuro, eles demonstram que as intervenções de app, são intervenções em áreas degradadas, em áreas ocupadas por pastagens conforme o estudo

da Brandt mostrou, inclusive nessa área de estudo, objeto do EIA/RIMA. Mas além da compensação de app, nós temos compensações por espécies protegidas, por espécies ameaçadas, nós temos compensações por é, por é, nós temos a compensação minerária, compensação por supressão de Mata Atlântica e todas essas compensações elas, elas de alguma forma vão minimizar, né? Na verdade vão compensar aqueles impactos que não podem ser mitigados. E essas compensações, para você ter uma ideia, um hectare de bioma de Mata Atlântica que eu suprimi,eu vou ter que recuperar aquela área, vou ter que a compensação por essa intervenção é dois para um, além da compensação mineraria, para o final fica uma compensação de três hectares para um hectare impactado, além da compensação de app. Então há uma oportunidade no processo de licenciamento de fazer a recuperações de outras áreas que a forma de compensação pode ser por regularização fundiária né, em unidade de conservação de proteção integral, mas também através de forma de reflorestamentos de áreas degradadas. Obrigado.

Christian Fonseca de Andrade (CBA- Gerente Unidade)- Além disso, voltando no tema da reabilitação ambiental, a qualidade do processo de reabilitação ambiental da CBA desenvolvido em conjunto com a Universidade Federal de Viçosa, pode ter um potencial muito grande de melhorar essas áreas, inclusive as áreas da zona de amortecimento do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro né, então CBA, além disso, tem os seus projetos sociais em execução e nós vamos manter esses projetos sociais.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado aos senhores pelas manifestações. Bom, findamos então a quarta parte da nossa, não, perdão, a terceira parte da nossa audiência pública e passamos a quarta parte. A quarta parte é aquela em que o solicitante faz a sua manifestação final no tempo de dez minutos e em seguida a empresa e seus consultores tem mais dez minutos para considerações finais. Então gostaria de chamar aqui o representante da Associação Amigos de Iracambi, senhor Robbin Lebreton, para poder fazer o uso da palavra por até dez minutos. Senhor Robbin, por favor, fique a vontade.

Robbin Lebreton (Manifestante) – Obrigado. Mais uma vez, ficou muito claro dentro dessa audiência que tivemos, que realmente uma audiência virtual é inviável na situação que nós temos de produtores rurais. Imaginando quantos produtores rurais escutamos nesse evento? Apenas três e essas três, todas eles tiveram dificuldade em ligação. Quero dizer que a população atingida por esse empreendimento foi praticamente totalmente excluído de participar nessa audiência, então isso para nós é totalmente inaceitável. Quanto a matéria que foi discutido, realmente eu não vou entrar muito nessas, mas só quero consertar aqui o relatório de impacto, estudo de impacto ambiental, realmente não é nada de impacto, porque não avalia o impacto das atividades previstas, inclusive o professor Erli já manifestou a preocupação com a questão das águas, por simplesmente você não sabe, não sabe dizer qual seria o impacto dessas atividades nas nossas águas, então essa é uma preocupação muito grande para nós e o relatório não atende, não mata as nossa dúvidas. Na questão de fauna e flora, por exemplo, falar em compensação, não há compensação para extinção, uma espécie que é extinto, é extinto para sempre, você não pode compensar de maneira alguma, isso não existe. Então a ideia que você pode repor alguma coisa que não existe mais é uma fantasia, isso não existe. E o terceiro ponto que eu vou voltar novamente é a questão da jurídica, questão de ter não observância das nossas leis, nós estamos completamente ciente da natureza, de uma área de proteção ambiental municipal, já sabemos o que constata a lei, mas já foi constatado em na justiça, que é o município tem o direito de controlar e decidir qual seria o futuro das terras dele e já foi incluído numa lei municipal em Rosário Limeira que a mineração dentro da área de proteção ambiental não é permitido. E a demais como já falei o prefeito tomou atitudes completamente constrário a lei assinando uma anuência que é indevido, que é contra a lei. Eu fico preocupado em escutar o que interpreta como uma ameaça da empresa de até entrar na zona de amortecimento do Parque da Serra Brigadeiro, é verdade que juridicamente essa é possível, com anuência do órgão gestor, que no momento ela não tem, mas que ela pode insistir que vai utilizar o direito dela dentro de uma área de

biodiversidade especial prioritária do estado é realmente assustador. Conheço e vou terminar a minha fala e vou passar para o meu colega Jean que vai assumir o resto do tempo.

Jean Carlos (Manifestante) -Senhor presidente, para usar o tempo então restante que nos cabe, nós queremos reafirmar os pontos que já foram levantados em várias falas aqui, que fique garantido que conste em ata várias perguntas que foram realizadas e que de maneira esguia a empresa não as responderam, inclusive uma que nos é muito absurda, que é de uma bióloga de Muriaé que foi : Qual o principal impacto do projeto de mineração da CBA e como ela pretende minimizar esse impacto? Essa pergunta não foi respondida. Também constatamos inúmeros problemas técnicos, uma dificuldade, inclusive, de quem está no ponto fixo em Pirapanema para conseguir participar, um delay muito grande que impede inclusive o raciocínio de quem está falando, o problema com operacionalização aqui do sistema e inclusive problemas dos, das próprias pessoas que tentaram através das suas casas, nas comunidades rurais se conectar e não conseguiram devido a vários problemas, devido à chuva, que tiveram então a impossibilidade de está interagindo nessa audiência pública, né? A que se lembrar que a audiência pública na sua função social é um mecanismo de escuta da população, de informação, mas também de escuta. Então a mera transmissão via rádio para essas pessoas não as dá o direito de participação e sim, somente de acesso unilateral as informações né ? Então a gente reafirma a nossa solicitação de que seja realizada uma nova audiência pública, com no mínimo, estabelecimento de no mínimo, cinco pontos fixos para que essas pessoas possam participar sem ter que se deslocar uma distância gigante aí que impossibilita a sua participação, inclusive com mais, o limite maior de pessoas, haja visto, que nós estamos no distrito de Pirapanema e Pirapanema um distrito do município de Muriaé, o decreto municipal já permite a atividade com até 250 pessoas presenciais. Não há sentido de um ponto fixo somente e com o limite de 50 pessoas, né? Isso é um mecanismo, claro de restrição da participação das pessoas, não há necessidade de que fosse apenas um ponto fixo, poderíamos ter tido outro ponto fixo em Muriaé, um ponto fixo em Miraí, um ponto fixo em São Sebastião da Vargem Alegre que permitisse que esses agricultores e essas agricultoras se deslocassem até esses locais, para então tem a sua participação interação garantidos nessa audiência pública. A que se levantar também a impossibilidade de manifestação ao vivo de mais de 50 pessoas né, tivemos ai mais de 90 inscrições e apenas 36 garantidos, a gente entende as limitações dos processos virtuais são necessários nesse momento de pandemia, mas é mais um argumento a favor de que seja realizada uma nova audiência pública para garantir de fato o direito de participação das quase 20 mil pessoas residentes na zona rural desses municípios que serão afetados, de entender o quanto as suas vidas serão alteradas. Então a gente reafirma aqui essa solicitação e faremos valer esse direito das populações de serem ouvidas, inclusive judicialmente se for necessário. No mais queremos agradecer a SUPRE pela condução da audiência pública, a todas as pessoas que tiveram aqui presentes e em nome da ONG Iracambi desejar uma boa noite a todos e todas.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado Jean e senhor Robbin. Só para explicar em relação a ata, né? Que foi, que foi tocado aqui. Por norma, tanto o vídeo, quanto a gravação, quanta a transcrição de tudo aquilo que foi dito aqui, farão parte do processo de regularização ambiental na sua íntegra. A empresa apresenta um relatório sucinto, mas além do relatório sucinto uma ata completa com a transcrição dessa transmissão na sua íntegra. Tudo isso faz parte do processo e será contabilizado ao longo da análise do processo de licenciamento. Muito bem, eu vou passar agora a empresa e aos seus consultores para que possam em dez minutos fazer as suas considerações finais.

Professor Erli (Professor da Universidade Federal de Viçosa) – Inicialmente, gostaria de dizer que eu sou professor, e estou aqui no papel de pesquisador. Como pesquisador eu tenho que seguir os princípios básicos que regem toda pesquisa científica? Dentro desses princípios, a gente nunca

começa uma pesquisa sabendo o resultado. Se eu fizer isso, eu posso induzir o meu, o meu trabalho ou posso até desmerecer todo o trabalho, então quando eu disse que não sabia, é porque a gente pensa e age como pesquisador. Mas eu tenho mais de 20 anos trabalhando com nascentes. Já pesquisei nascentes de vários tipos, de vários usos, de várias formas. E essa bagagem até me permite entender alguma coisa a mais, mas eu nunca, nós nunca, o meu laboratório nunca, os meus alunos, meus orientandos nunca entram numa pesquisa dizendo que já sabe o resultado, isso não pode acontecer. Diferentemente né ? Do, do colega que faz o levantamento, é levantamento, é constatação. Ele está constatando o que viu lá, né? Ele não, ele não tem tempo, ele não pode se dar o luxo de fazer pesquisa científica, né? Como nós fazemos, é diferente, então não pode misturar as coisas tá? Isso é a primeira coisa que eu gostaria de dizer. Segunda coisa, que nessas considerações finais gente, é dizer o seguinte, se engana muito quem pensa que estudar a água é a coisa mais fácil do mundo, muitos acreditam até que sabe tudo sobre a água, mas isso não é verdade, porque a água no meio ambiente ela, ela se relacionam com todos os recursos naturais, então com solo, com a vegetação, então é complexo, os estudos são complexos,para isso nós temos que nos organizar como pesquisador, né? Isso a gente tem feito. Primeiro onde nós vamos pesquisar, como a situação inicial, a gente teria que partir de algum lugar? Iniciamos pontualmente, tá gente, pontualmente, no ponto, como foi dito , a mineração ela é pontual, então vamos estudar o ponto, aí que nós iniciamos e iniciamos com os processos que ocorrem no ponto, chuva, infiltração escoamento, nós queremos entender isso e estamos entendendo, estamos evoluindo muito conhecimento sobre isso né?E vamos avançando, depois do ponto, onde esse ponto está localizado, com relação à água? Na microbacia. Então eu tenho que agora partir para os estudos mais avançados na microbacia e assim os estudos vão se desenrolando, é muito complexo e vai se desenrolando. Ao final quero só agradecer a oportunidade de estar estudando, está podendo estudar, porque isso enriquece a mim profissionalmente como professor, enriquece os meus alunos que estão saindo com uma boa bagagem profissional, enriquece a sociedade que têm a oportunidade de ter respostas para suas dúvidas, enriquece a empresa com conhecimentos gerados pela pesquisa. Aí eu não falo só em meu nome, falo em nome também do professor Ivo com solos, professor Venâncio com, com os estudos de restauração e estudos ecológicos. E então, é uma parceria que traz vantagens para todo mundo, todo sistema. Acredito que isso está sendo muito positivo até o momento. Agradeço a oportunidade também de está aqui falando e passo a palavra para o senhor Alceu.

Alceu Raposo Junior (Brandt-Analista Master)- Em relação, gostaria então já de, esses minutos finais fazer, dar uma resposta ao questionamento de que não houve uma resposta às questões dos impactos significativos. Então eu gostaria que projetassem, por gentileza, apesar da gente ter falado, seria importante a gente voltar nessa temática que não pode ficar aí em aberto né ? Então a gente disse nos blocos anteriores, a pergunta da comunidade: Qual seria os impactos mais significativos, né? Então estão eles aí, eles foram apresentados durante avaliação de impacto e depois respondida por mim. Então a perda e alteração de habitat e depois lá embaixo no finalzinho a perda de indivíduos da flora. E qual seria essa recuperação, a gente também apresentou os programas de recuperação de área degradadas e os demais programas. Então foi citado e a gente está reforçando aqui as questões. Do ponto de vista de considerações finais, eu gostaria então de fazer, falar aqui, a BRANDT tratou com toda a idoneidade, com a serenidade possível ao longo desses trabalhos. Como o professor salientou, é importante considerar que pesquisa científica é diferente de estudo ambiental né ? A gente tem um tempo muito reduzido para fazer o diagnóstico e a constatação das questões da área, então não é pesquisa, não temos dez anos, oito anos, então o EIA/RIMA tem todo uma dinâmica diferente de da Universidade né? É obviamente que um EIA/RIMA ele não é por si só traz todas as respostas, mas é a única ferramenta que a gente tem do ponto de vista social para tratar os impactos e para apresentar isso a comunidade, então a BRANDT tentou trazer isso com transparência, idoneidade maior possível aí e a gente gostaria de alertar também que o EIA aí demonstrou a necessidade de manutenção das medidas preventivas de mitigação, compensação aí implantação dos programas ambientais, que estão já, que fazem parte do processo histórico aí da

CBA, né? E que esses programas são muito importantes para mitigar os impactos ambientais, tanto físicos, bióticos e sociais, né? E a gente, por fim a gente gostaria de ressaltar que tendo em vista esse processo histórico que a CBA tem de parcerias com as universidades e desse ganho que ela tem ao longo desses anos durante o conhecimento científico que ela adquiriu, junto que é importante isso para mitigar esses impactos que ela possa ai considerar ao longo desse empreendimento, que não tem relação com outros empreendimentos que foram citados aqui durante audiência pública. Que ela possa ai mitigar e recuperar os ambientes aí explorados ai pela bauxita. Então é isso, eu gostaria de agradecer a todos os participantes, agradecer também a SUPRI pela condução dos trabalhos e dizer que a BRANDT sai muito feliz daqui e sai condizente com o seu papel aí junto a sociedade, que é trazer transparência, serenidade e respeito e democracia aí a palavra da comunidade e que todos aqui tiveram um processo aí do direito do contraditório. Boa noite, muito obrigado.

Christian Fonseca de Andrade (CBA- Gerente Unidade) - Essa é a CBA trabalhando com transparência e trazendo os professores, trazendo o resultado das pesquisas, trazendo o resultado dos estudos com toda transparência para todos vocês. Foi muito bom ter percebido a forte participação de todos, né? Fizemos um trabalho aí com muita dedicação , de uma equipe grande que esteve envolvida na mobilização, na informação, no transporte, nas diversas rotas para poder viabilizar o acesso de todos. Agradecemos ai imensamente a SUPRI e a todos que se manifestaram e aos times que junto da CBA trabalharam para realizar esse evento. Muito obrigado a todos e uma ótima boa noite.

Rodrigo Ribas (Superintendente de Projetos Prioritários da Secretaria de Estado de Meio Ambiente) - Muito obrigado, muito obrigado as equipes da CBA, da dos seus consultores, com
Isso, com essa manifestação, a gente finda a quarta parte, a apresentação em si do projeto e da audiência pública e agora resta só a mesa diretora terminar essa audiência. Eu eu vou terminar, mas eu vou gastar uns três minutinhos aqui falando antes de terminar, porque em diversos momentos, nós tivemos provocações acerca do processo em si, do processo de audiência pública, do formato de audiência pública, com os quais é claro, a gente nem sempre concorda né ? As manifestações nem sempre são as mais, as mais positivas para o estado, estado nem sempre concorda com essas manifestações, mas eu queria relembrar algumas. Quando eu estava na faculdade eu fiz uma disciplina que chamava análise do discurso, para gente saber o quê que as pessoas estão dizendo, o que elas querem dizer com isso e como é que elas, e como é que elas se comunicam nestas falas. E a gente trouxe aqui, a gente traz aqui, um exemplo muito claro disso, de como é que o discurso pode ser entendido de maneiras diferentes. Teve um senhor que disse que o Ribas disse que participação popular e ter um radinho né? Não o Ribas não disse isso não, né? O Rodrigo Ribas disse que o processo de participação popular tem que começar dentro de um projeto de licenciamento ambiental, né? E que ele começa pela audiência pública, que é quando as informações chegam a comunidade e elas chegam a comunidade de maneiras das mais diversas, elas chegam a comunidade pelos seus pares né? Aqueles que moram na região, que trabalham na empresa, que tem costume com as atividades da empresa, elas chegam através da participação social dessas pessoas mesmo que nos criticam né, da Associação Amigos de Iracambi, da pastoral da terra, das pastorais de mobilização social, do Ministério Público através da CIMOS, né? Da Coordenação e Mobilização Social, então existe uma série de formas da informação chegar à comunidade e que uma delas, uma só que eu citei aqui com um exemplo, né? Porque o tempo todo foi dito, as pessoas não têm acesso à internet e as pessoas estavam na internet acessando, mas as pessoas que não tinham acesso à internet podiam ainda assim ouvir a audiência pública e ter essas informações todas aqui e elas podiam ter se feito presente lá no ponto de apoio em Pirapanema. Havia transporte para isso. E elas não vão só ouvir não, elas podem manifestar e nós explicamos isso aqui. Tem cinco dias para que as pessoas possam mandar as suas manifestações para SEMAD e essas manifestações todas serão respondidas. Eu gastei um tempinho no princípio explicando exatamente isso, todas as manifestações sociais, todas as manifestações populares, todas as perguntas que por ventura não

tivessem sido respondidas aqui, né? Não tivessem sido agraciada nessa discussão, poderiam ter sido enviadas, podem ainda serem enviados para nós dentro do processo de licenciamento serão respondidas, a participação social também se dá assim, se dá pelo e-mail, se dá pelo correio, né? Afinal de contas fizeram chegar a nós né, as manifestações da população dizendo que não tinham acesso à internet, também pode chegar a nós as manifestações da população querendo mais informação, nós faremos o trânsito dessas informações entre a sociedade e o empreendedor que também é sociedade. A Constituição Federal não distingue pessoa física e pessoa jurídica da sociedade, ela não distingue quem investe e quem trabalha, quem investe e quem está na terra né? Existem funções sociais, tanto do trabalho quanto da terra e a constituição não separa isso. E o estado como representante da Constituição Federal, da Constituição Estadual também não pode separar isso. E nesse sentido nós ficamos aqui nessas horas, quatro horas, quatro horas e pouco, ouvindo as pessoas manifestarem livremente e livremente mesmo, né ? As pessoas nos criticaram, criticaram empreendedor, criticaram o Estado, criticaram o processo de licenciamento, criticaram a mineração e elas também agradeceram o Estado, e agradeceram o empreendedor e foram, e foram positivas em relação a mineração e não houve nenhum cerceamento da liberdade de ninguém em falar o quisesse. O exercício democrático, o exercício Republicano de fazer com que as coisas aconteçam, com que a participação pública se dá, se dá dessa maneira, ouvindo. Teve um senhor, me parece que funcionaram inclusive da CBA, que disse que a democracia é isso aí , é a gente poder vim cá e falar o que quiser e ser ouvido e também ouvir aquilo que as outras pessoas querem dizer, né? Então acho que nós fizemos isso hoje. Acho que nós fizemos um exercício de democracia, discordando de muitos dos que falaram, o exercício de democracia de maneira alguma farça, né? Sem dúvida nenhuma real, e é tão real, e aí agora sim, eu vou encerrar prometo, tão real que nós tivemos nas participações, na plataforma virtual, aquela que as pessoas se inscreve, que tinha os inscritos, mas que não se inscreveram para apresentar pergunta e fazer manifestação oral, porque não é obrigado claro, nós tivemos 101 pessoas na plataforma virtual, nós tivemos as pessoas estão dizendo que o espaço de 50 pessoas eram muito pequeno, mas nós só tivemos 30 pessoas no ponto de apoio de Pirapanema, cabia mais 20, podia ir mais 20 lá que ainda dava, né? Então não é o fato de Muriaé está em Onda Verde, poder ter 250 pessoas que irão 250 pessoas. Podia ter 50, mas só foram 30. Mas em compensação no YouTube, nós tivemos o pico de 600 pontos de participação. Isso quer dizer que nós tivemos pelo menos 730 participantes nessa audiência pública, sem considerar que na plataforma virtual e no YouTube pode ter mais de uma pessoa assistindo sempre, né? Nós estamos falando de pontos. Então nós tivemos 731 pessoas no mínimo participando. Isto, na minha experiência de audiência pública dos últimos anos, isso é uma participação positiva, muitíssimo positiva e sem contar que nós não sabemos quantas pessoas ouviram essa audiência pública pelo rádio e que se manifestará, manifestarão ou não se manifestarão no processo por escrito, né ? Oportunamente. Então acho que nós tivemos um grande sucesso em relação à participação pública nessa audiência pública no formato híbrido, virtual e presencial, conforme rezam a resolução CONAMA 494/2020, a resolução SEMAD 3018, ADN 225, então nós tivemos assim absoluto sucesso em relação a isso. Eu queria então agora para finalizar, agradecer a essas pessoas todas, que fizeram o sucesso da audiência, agradecer a empresa, a CBA, agradecer a Associação Amigos de Iracambi que pediu para que houvesse audiência pública, fez questão que eu viesse a audiência pública, e agradecer ao apoio lá no distrito de Pirapanema. Primeiro da Secretaria de Educação de Muriaé, né ? Que emprestou o local para realização da audiência, do ponto físico da audiência, a Polícia Militar de Minas Gerais na pessoa do Tenente Reinaldo, comandante da 76ª Companhia da Polícia Militar de Muriaé, é sempre importante trazer o trabalho da Polícia Militar, garantindo a segurança de nós todos né ? Das pessoas que estão lá, garantindo que tudo ocorra da melhor forma possível. E aqui também no ponto de transmissão, nós temos as equipes da Panda Inteligência em eventos, da HBA tecnologia e da TOP Locações. Teve problema é claro, sempre tem, a gente está sempre correndo atrás das pessoas, correndo atrás das soluções e essa turma deu solução para tudo. Nós chegamos ao final com as 26 participações, porque eles resolveram tudo. As 731 pessoas que participaram, participaram porque eles deram conta de transmitir daqui. Então

queria deixar meu agradecimento a equipe técnica toda e desejar a todos uma boa noite de descanso e até a próxima vez gente. Muito obrigado.